

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
2. ORÇAMENTO	9
2.1. APRESENTAÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO 2008	10
2.1.1. Orçamento da Receita	12
2.1.2. Orçamento da Despesa	18
3. DÍVIDA DO MUNICÍPIO	24
3.1. SERVIÇO DA DÍVIDA	24
3.2. LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL PARA 2007	24
3.3. SITUAÇÃO FACE AOS LIMITES AO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL PARA 2007 – INFORMAÇÃO REPORTADA A 30.09.2007	25
4. PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO	27
4.1 ACTIVO FIXO DO MUNICÍPIO	27
5. RECURSOS HUMANOS	33
5.1. INTRODUÇÃO	33
5.2. REFORÇO/REAJUSTAMENTO FUNCIONAL DE RECURSOS HUMANOS	33
5.3. SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO	34
5.4. FORMAÇÃO PROFISSIONAL	34
5.5. GESTÃO DOCUMENTAL	35
5.6. QUADROS E GRÁFICOS VÁRIOS (COM INDICADORES DEMONSTRATIVOS E CARACTERÍSTICOS DOS RECURSOS HUMANOS DESTA CÂMARA EM 2007)	35
6. GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2008	41
6.1. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	42
6.2. PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL MAIS RELEVANTES DA GESTÃO AUTÁRQUICA PARA O ANO 2008	45
7. EXPLICITAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	48
1. FUNÇÕES GERAIS	48
2. FUNÇÕES SOCIAIS	55
3. FUNÇÕES ECONÓMICAS	99
8. COLABORAÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA	121
9. COLABORAÇÃO COM AS ASSOCIAÇÕES	122
10. PARTICIPAÇÕES DETIDAS PELO MUNICÍPIO EM OUTRAS ENTIDADES	124

ÍNDICE

DE QUADROS E GRÁFICOS

QUADROS

QUADRO 1. RESUMO DO ORÇAMENTO PREVISTO PARA O ANO DE 2008.....	10
QUADRO 2. MAPA COMPARATIVO DOS ORÇAMENTOS PREVISTOS - 2007-2008.....	11
QUADRO 3. PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO DE RECEITA.....	13
QUADRO 4. EVOLUÇÃO DA PREVISÃO DAS RECEITAS TOTAIS POR FONTES DE FINANCIAMENTO.....	15
QUADRO 5. PREVISÃO DE RECEITAS PROVENIENTES DE FUNDOS COMUNITÁRIOS E OUTROS CONTRATOS PARA 2008 (EUROS)	17
QUADRO 6. REPARTIÇÃO DEPARTAMENTAL DA DESPESA TOTAL 2008 – <i>POR TIPO DE DESPESA</i>	21
QUADRO 7. PREVISÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2008	22
QUADRO 8. PREVISÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA	24
QUADRO 9. LIMITES AO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL PARA 2007.....	24
QUADRO 10. SITUAÇÃO FACE AOS LIMITES AO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL PARA 2007	25
QUADRO 11. MOVIMENTO INTERNO DE PESSOAL	35
QUADRO 12. CONCURSOS EXTERNOS DE INGRESSO	35
QUADRO 13. APOSENTAÇÕES	36
QUADRO 14. CONTRATOS A TERMO RESOLUTIVO.....	36
QUADRO 15. GRUPOS ETÁRIOS, POR ANOS	37
QUADRO 16. MÉDIA ETÁRIA	37
QUADRO 17. TAXA DE FEMINIZAÇÃO 2007	38
QUADRO 18. SÍNTESE DAS ACÇÕES DE FORMAÇÃO 2007	39
QUADRO 19. RESUMO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO NO PERÍODO 2007-2008	41
QUADRO 20. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2008 - RESUMO	43
QUADRO 21. PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL PARA 2008 – RESUMO.....	46
QUADRO 22. REDE VIÁRIA DO CONCELHO	109
QUADRO 23. QUADRO SÍNTESE DA REDE VIÁRIA DO CONCELHO.....	110
QUADRO 24. ENTIDADES SOCIETÁRIAS PARTICIPADAS	126
QUADRO 25. ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS PARTICIPADAS	127
QUADRO 26. FUNDAÇÕES INSTITUÍDAS, EM PARTE, PELO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA	127

GRÁFICOS

GRÁFICO I. COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO DE RECEITA.....	12
GRÁFICO II. ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DE RECEITA <i>POR FONTES DE FINANCIAMENTO</i>	15
GRÁFICO III. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS TOTAIS <i>POR FONTES DE FINANCIAMENTO</i>	16
GRÁFICO IV. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA 1999-2008	20
GRÁFICO V. DESPESA GLOBAL <i>POR DEPARTAMENTOS EM 2008</i>	21
GRÁFICO VI. DESPESAS DEPARTAMENTAIS <i>POR NATUREZA</i>	22
GRÁFICO VII. EVOLUÇÃO DO ACTIVO FIXO DO MUNICÍPIO	27
GRÁFICO VIII. EVOLUÇÃO DO IMOBILIZADO	31
GRÁFICO IX. ESTRUTURA ETÁRIA – 2007	37
GRÁFICO X. TAXA DE FEMINIZAÇÃO – 2007	38
GRÁFICO XI. ACÇÕES DE FORMAÇÃO FREQUENTADAS - 2007.....	40
GRÁFICO XII. CUSTOS DAS COMUNICAÇÕES MÓVEIS (2002/2006)	53
GRÁFICO XIII. CUSTOS DAS COMUNICAÇÕES FIXAS (2002/2006)	54
GRÁFICO XIV.....	62
GRÁFICO XV. RELAÇÃO POPULAÇÃO/LOCALIDADES SERVIDAS COM REDE DE SANEAMENTO E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	72
GRÁFICO XVI. ÁGUA RESIDUAL TRATADA NA ETAR DE BRAGANÇA(M3).....	74
GRÁFICO XVII. CONSUMOS DE ÁGUA (M3)	79
GRÁFICO XVIII. EVOLUÇÃO DA RECOLHA INDIFERENCIADA.....	82
GRÁFICO XIX. EVOLUÇÃO DA RECOLHA INDIFERENCIADA (MEIO URBANO E RURAL).....	83
GRÁFICO XX. RECOLHA SELECTIVA.....	83

GRÁFICO XXI. CARACTERIZAÇÃO DA RECOLHA SELECTIVA	84
GRÁFICO XXII. SUSTENTABILIDADE DO TARIFÁRIO RSU	85
GRÁFICO XXIII. VALORIZAÇÃO DE PROPOSTAS PARA AUMENTO DE FREQUÊNCIA.	88
GRÁFICO XXIV. CLASSIFICAÇÃO DOS PERIGOS NOS ESPAÇOS VERDES.	89
GRÁFICO XXV. NÚMERO DE VISITANTES NAS EXPOSIÇÕES NO PERÍODO 2004-2007	93
GRÁFICO XXVI. TAXA DE OCUPAÇÃO DO TEATRO MUNICIPAL	94
GRÁFICO XXVII. UTILIZADORES DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE BRAGANÇA	95
GRÁFICO XXVIII. UTENTES DO PAVILHÃO MUNICIPAL, DA BANCADA PISTA DE ATLETISMO E ESTÁDIO.....	96
GRÁFICO XXIX. EVOLUÇÃO DOS UTENTES DA PISCINA MUNICIPAL.....	97
GRÁFICO XXX. MÉDIA/MENSAL DE UTENTES DA PISCINA MUNICIPAL	98
GRÁFICO XXXI. EVOLUÇÃO DO CUSTO DO CONSUMO DE ENERGIA EM ILUMINAÇÃO PÚBLICA (2000/2006)	101
GRÁFICO XXXII. N.º DE PONTOS DE LUZ COLOCADOS NAS FREGUESIAS DO CONCELHO (2002/2006).....	101
GRÁFICO XXXIII. EVOLUÇÃO DOS CUSTOS COM ENERGIA ELÉCTRICA NAS ESCOLAS (2002/2006)	102
GRÁFICO XXXIV. EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DAS INFRA-ESTRUTURAS "EDIFÍCIOS, JARDINS, PARQUES E FONTES INTERACTIVAS" (2002/2006).....	102
GRÁFICO XXXV. EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DAS BOMBAS DE ÁGUA (2002/2006)	103
GRÁFICO XXXVI. PRODUÇÃO DAS CENTRAIS HIDROELÉCTRICAS (2000/2006)	103
GRÁFICO XXXVII. PRODUÇÃO DAS CENTRAIS HIDROELÉCTRICAS (2000/2006)	104
GRÁFICO XXXVIII. EVOLUÇÃO DA PROCURA NOS PARQUES SUBTERRÂNEOS.....	115
GRÁFICO XXXIX. DISTRIBUIÇÃO ANUAL DA PROCURA NOS PARQUES SUBTERRÂNEOS (2007)	115
GRÁFICO XL. PARQUES DE ESTACIONAMENTO (2004/2007)	116
GRÁFICO XLI. AERÓDROMO MUNICIPAL - EVOLUÇÃO NO N.º DE PASSAGEIROS E AERONAVES (2004-2007)	117
GRÁFICO XLII. NÚMERO DE TURISTAS	119
GRÁFICO XLIII. NÚMERO DE CAMAS NO CONCELHO	120

1. INTRODUÇÃO

O Orçamento para o ano de 2008 foi elaborado no âmbito da competência da Câmara Municipal conforme o disposto na alínea c) do n.º2 do art.º 64 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro e para apresentação à Assembleia Municipal, para efeitos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da referida Lei. Na previsão de receitas foi seguido o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as devidas alterações, tendo sido garantido o cumprimento, dos princípios orçamentais, bem como a sua compatibilidade com as regras previsionais definidas pelo mesmo.

1.1 Enquadramento geral –

a) Proposta de Orçamento de Estado para 2008 –

a.1) - Transferências para os municípios - desde o ano de 2005, que as transferências do Orçamento de Estado para as Autarquias Locais tiveram uma evolução nominal igual a zero, e uma redução real de 10,40%, face à inflação verificada em 2005, 2006 e prevista para 2007) e ao aumento das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações (3,00% em 2006 e 2,00% em 2007), determinado unilateralmente pelo Governo, por alteração da taxa de contribuição.

A Lei de Finanças Locais, tem expresso o objectivo de solidariedade institucional, o de fazer com que as transferências financeiras para os Municípios acompanhem a evolução das receitas fiscais do Estado (IRS, IRC e IVA), tendo em vista dotá-los de meios equitativos para desenvolver as políticas de melhoria da qualidade de vida das populações, no âmbito das suas competências. Quer este princípio dizer que, quando as receitas fiscais sobem, as transferências para as Câmaras Municipais devem subir na mesma proporção, enquanto que, se as receitas fiscais diminuem, as Transferências para as Câmaras Municipais, devem diminuir na mesma proporção, partilhando os municípios de contenção orçamental, tal como o Estado. Este princípio foi apresentado pelo Senhor Primeiro Ministro, no congresso dos autarcas realizado a 10 de Dezembro de 2005, na Alfandega do Porto.

Acontece que o Governo não está a cumprir com o objectivo de solidariedade institucional, previsto na Lei de Finanças Locais, cuja aprovação contou com o desacordo dos municípios, expresso em congresso extraordinário. Ora, nos anos de referência (2005 e 2006), para as transferências para os municípios nos anos de 2007 e 2008, as receitas fiscais (IRC, IRS e IVA), cresceram 15,4%, enquanto as transferências previstas no OE para 2008, são de 4,7%. O crescimento médio dos impostos (IRC, IRS e IVA), no ano de 2006 (ano de referência para a determinação das transferências para os municípios, no ano de 2008), foi de 8%, o que bem evidencia a penalização a que os municípios estão sujeitos apesar de as suas responsabilidades perante os munícipes aumentarem.

Para o ano de 2008, o montante global a transferir para os municípios, de acordo com o n.º 1 do art.º 19.º da Lei nº 2/2007, seria de 2.646,2 milhões de euros, enquanto que o previsto no OE é de 2.406,5 milhões, ou seja há uma redução de 239,7 milhões de euros. Também o valor de transferência proposto (374,2 milhões de euros), relativo à participação prevista de 5% no IRS (alínea c) do n.º 2 do art.º 20) ano de 2006, corresponde a 4,5% do valor de IRS cobrado (8.233,3 milhões de euros), conforme Conta Geral do Estado de 2006.

Na proposta de transferências do OE, não estão contempladas verbas para transferência de competências a descentralizar, em domínios como a educação, a acção social, a saúde, ambiente e ordenamento do território, apesar de tendencialmente os municípios estarem progressivamente a assumir responsabilidades acrescidas fruto da pressão dos munícipes e das instituições, situação que pressiona o orçamento das despesas correntes do município, seja nos transportes escolares, nos programas de prevenção de saúde, nos apoios sociais aos alunos e aos cidadãos mais carenciados, em resultado da redução do modesto rendimento de muitas famílias.

A Lei de Finanças Locais, não está a ser cumprida, com a agravante de, para os municípios do interior ser pior do que a anterior lei. A generalidade dos pequenos e médios municípios do interior do país estão sujeitos a reduções progressivas, embora controladas, (art.º 29 da Lei 2/2007), visto a base da actual lei, privilegiar factores que favorecem os municípios com mais actividade económica e mais população, ou seja, os municípios do litoral aumentarão progressivamente as receitas, enquanto mais de 50% dos do interior estão sujeitos a reduções, pelo que por razões de justiça, de coesão e de desenvolvimento se impõe a alteração da referida Lei.

a.2) - PIDDAC – O Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central é o principal programa de investimento público, nos anos de 2005 e 2006, teve um decréscimo real de 18,5%, no ano de 2007 deverá registar-se tendência idêntica, sendo de salientar que a sua evolução no distrito sofre ainda de maiores reduções e cada vez de mais baixa execução, com a agravante de o investimento público se concentrar cada vez mais no litoral, uma das razões que conduziu o país à sua actual situação de país mais desigual da UE.

Ainda que erradamente se tente desvalorizar este essencial instrumento de investimento público, para justificar o injustificável, a verdade é que, investimentos essenciais no concelho continuam, a não constar do PIDDAC, sendo mais uma vez adiados, como seja: a construção de instalações adequadas para os Serviços de Finanças; Serviços do Ministério da Agricultura; sede do PNM; Forças de Segurança (GNR e Brigada Fiscal); Centro de Formação da E.NB.; edifício Central do IPB e Biblioteca Central; Edifício para a Associação Académica; Instalações de Saúde e de prevenção; conservação e manutenção das Estradas Nacionais, em elevado estado de degradação, e com investimentos a serem constantemente adiados.

Muitos dos municípios do interior, são excluídos do programa de investimento público, o que prejudica a oportunidade de trabalho para cidadãos e empresas, prejudica as perspectivas de fixação de novos investimentos e de criação de novos postos de trabalho, acentuando as desigualdades do ponto de

vista territorial. Esta situação salienta ainda mais a importância do investimento que os municípios têm vindo a realizar, apesar de um contexto de crescentes dificuldades, das elevadas restrições orçamentais e do crescente peso da despesa corrente em consequência do investimento realizado.

a.3) Grandes Opções do Plano para 2008 do OE - O contexto de enquadramento das GOP, poderá ocorrer de forma mais desfavorável que o previsto (ex. do preço do petróleo a 65 USD), o que poderá prejudicar os objectivos de crescimento e da inflação, o que continuará a colocar o país em situação de divergência relativamente à média da EU, sendo que as regiões do interior continuarão a ser as imediatamente mais atingidas.

As opções a favor do crescimento sustentado, assente no conhecimento, na inovação, na qualificação dos recursos humanos; o reforço da coesão social, criando mais igualdade de oportunidades e o reforço da coesão territorial, não parece obter tradução efectiva em medidas de política pública que beneficiem o interior do país.

De facto a política fiscal desfavorece a competitividade das regiões fronteiriças (IVA e energia mais altos que nos território espanhóis), prejudicando a economia, provocando a deslocalização de empresas; a saída de mão-de-obra; não favorece a fixação de novas empresas por menor competitividade fiscal. A medida de incentivo fiscal à fixação de empresas prevista no OE para 2008, é positiva, mas insuficiente, por não ser suficientemente diferenciadora de modo a compensar positivamente outras deficiências estruturais ao nível das acessibilidades, da qualificação ou inexistência de serviços e da mão-de-obra.

A criação de emprego, via aumento da actividade económica das empresas existentes e da fixação de novas empresas é um aspecto central para a coesão social e territorial, para o combate às assimetrias regionais, é mesmo uma urgência face à situação actual de agravamento do desemprego de longa duração, ao elevado desemprego dos jovens (em 2006 atingiu 16,3% em termos nacionais, aspecto com incidência mais negativa nas regiões do interior), em especial dos licenciados e à elevada precariedade (20,6% do emprego por conta de outrem com especial incidência nos jovens).

b) – QREN – O Quadro de Referência Estratégica Nacional, tem relativamente ao IIIQCA, uma nova organização, gestão totalmente centralizada, relegando actores essenciais à execução financeira, como seja os municípios, para plano totalmente secundário e uma nova orientação concentrada em três áreas temáticas, mais alinhada pela conhecida estratégia de Lisboa. No QCA III havia verbas pré afectadas a programas de investimento e a entidades, caso dos municípios, que participavam na gestão e aprovação de projectos. No actual a participação dos municípios é diminuta, o espaço de elegibilidade dos projectos dos municípios foi reduzida (visto aos PO Regionais terem sido atribuídas áreas novas de elegibilidade, anteriormente de responsabilidade das políticas nacionais), estando ainda sujeitos a apreciação prévia e a regime de concurso por candidatura, organizada preferencialmente a nível supra municipal.

Os regulamentos já aprovados não fazem qualquer referência à contratualização, acontecendo que esta a ocorrer só pode ser viabilizada através das associações de municípios de âmbito territorial correspondente às NUT III, cuja legislação (lei do movimento associativo) está para ser publicada há

muito tempo. A vontade de contratualizar é baixa e não deverá ocorrer antes que os municípios tenham verdadeiras condições para seleccionar e apresentar os seus projectos e da organização formal a nível associativo no âmbito da NUT III.

A construção do QREN, focaliza apoios na qualificação dos recursos humanos, representando a dotação do FSE 37% do total dos fundos estruturais, programa temático do Potencial Humano ; no investimento físico, são alteradas as prioridades, sendo 65% dos apoios FEDER afectos às intervenções de apoio ao crescimento económico e à competitividade, programa temático Factores de Competitividade; no PO valorização do território, com prioridade para as acções de conectividade internacional (Alta Velocidade; novo Aeroporto de Lisboa; sistema portuário nas Auto-Estradas do Mar); Acessibilidades e mobilidade; protecção e valorização do ambiente; política de cidades e a realização de infra-estruturas, redes e equipamentos para a coesão social e territorial. Estes três programas absorvem 2/3 dos recursos disponíveis, sendo 1/3 distribuído por sete programas operacionais regionais e pelo programa Cooperação Territorial (praticamente sem dotação).

A forma como o QREN foi estruturado, com uma gestão muito centralizada, a exigência de projectos de maior dimensão e avaliados em termos de selectividade, contemplando a competitividade em claro detrimento da coesão, pode fazer antever um ainda maior investimento nas zonas com mais população e economia, ou seja no litoral e nas grandes obras, com manifesto prejuízo dos municípios do interior, podendo em 2013, as desigualdades em termos relativos terem-se acentuado.

1.2 – Enquadramento específico – Em termos de enquadramento específico, e tendo em conta os pressupostos de enquadramento geral, foram adoptadas as seguintes orientações específicas:

a) - Face a um contexto de recursos economicamente restritivo, de perda evidente de receitas por diminuição real das transferências do Orçamento de Estado; de continuação da redução do investimento público por parte da Administração Central, com efeitos restritivos no emprego e no crescimento económico; de incerteza relativamente ao acesso a apoios comunitários, assim como do atraso na criação de condições efectivas para a apresentação de candidaturas, o que poderá fazer com que só no ano de 2009, se inicie um período em velocidade de cruzeiro, as orientações para a elaboração do Orçamento para o ano de 2008, foram de máxima contenção, não estando contabilizadas verbas do QREN, tendo algumas rubricas sido abertas com verbas reduzidas e sujeitas no momento próprio à sua integração no orçamento da despesa;

b) - Necessário continuar o esforço de aproximação entre o custo dos serviços prestados e a receita daí proveniente, no sentido do reforço da autonomia financeira e da consolidação do funcionamento de serviços e equipamentos;

c) – Contenção máxima na despesa corrente, com uma continuada aposta na evolução nas tecnologias de informação e comunicação; aumento de produtividade através da qualificação dos quadros de direcção e chefia, dos quadros técnicos e do pessoal em geral; continuar o esforço de

certificação de serviços de maior contacto com os utentes; manter a contratação de serviços externos, garantindo qualidade nos serviços prestados (assegurando a criação de emprego, flexibilidade e garantia de execução);

d) – Consolidar o funcionamento dos novos equipamentos sob responsabilidade directa em termos financeiros do município, como seja: Museu Ibérico da Mascar; Centro Ciência Viva e Centro de Arte Contemporânea;

e) – Quanto ao Plano Plurianual de Investimento, inscrição dos compromissos assumidos, com relevância para investimentos na área rural e alguns na área urbana; inclusão de obras adjudicadas ou em fase de adjudicação; atribuição de prioridade ao investimento na requalificação da Rede Educativa e à beneficiação das ruas de alguns bairros da cidade, dado o seu estado de deterioração devido à instalação de redes de infra-estruturas públicas, como seja a rede de distribuição de gás natural e a instalação de rede de fibra óptica; prioridade igualmente aos estudos e acções tendentes a responder aos desafios da competitividade e inovação; inscrição de um conjunto de outros projectos com maior possibilidade de obtenção de apoios comunitários, e conforme compromisso com os eleitores, sendo que estando a trabalhar num quadro novo de possibilidades desenhado a partir do QREN, algumas prioridades podem ser alteradas, de acordo com o que for mais benéfico para o município;

f) – Ter presente a nova orientação política do Governo para o sector do ambiente, nomeadamente para os sistema de distribuição em baixa, visto estar em fase de criação de cinco empresas públicas para o país, para cobertura de todo o território nacional;

g) - Cooperação com as Juntas de Freguesia, mantendo o apoio técnico e financeiro, no sentido da melhoria da qualidade de vida e do bem-estar do maior número de cidadãos. As transferências previstas para apoio a actividade diversas foram aumentadas relativamente ao ano anterior, assim como se prevê apoiar directamente a execução de um conjunto de projectos identificados no PAM;

h) – Continuar a estimular a participação dos cidadãos na vida da comunidade, reforçando a cidadania activa e a construção de uma maior solidariedade, apoiando o movimento associativo, nas suas actividades de âmbito cultural, desportivo, recreativo e social, numa óptica crescente de redução da dependência de subsídios, privilegiando a sustentabilidade;

i) - Consolidar estratégias de participação do município, no capital social de diversas empresas, em associações e fundações.

2. ORÇAMENTO

Sabendo que os recursos que as Autarquias têm ao seu dispor são escassos, a exigência de optimização dos mesmos torna-se uma necessidade cada vez mais premente. O Orçamento municipal revela-se assim um instrumento de gestão fundamental, onde se pretendem converter as intenções que figuram nos planos plurianual de investimentos e de actividades municipais em realizações, através da afectação dos meios financeiros necessários. Este objectivo de transformação de intenções em acções tem uma função inicial de previsão, consistindo na inscrição orçamental de todas as receitas e despesas que o município espera obter ou despende durante o ano a que se reporta o orçamento.

Compete à Câmara Municipal, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, elaborar este importante documento previsional e apresentá-lo à Assembleia Municipal, para efeitos da alínea b) do n.º2 do artigo 53.º do referido diploma legal.

Este documento de gestão financeira, anual, proveniente precisamente do planeamento operacional, deve garantir o cumprimento de todos os princípios e regras legalmente exigidos. A sua regulamentação consta no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 22 de Fevereiro, Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e o Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril, mais especificamente no seu ponto 3.3., que contém as regras a observar na respectiva elaboração, nomeadamente a que especifica que *"... as importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores a metade das cobranças efectuadas nos últimos 24 meses que precedam o mês da sua elaboração, excepto no que respeita a receitas novas ou a actualizações de impostos...."*.

Assim sendo, a metodologia adoptada para elaboração do Orçamento de Receita 2008 foi baseada na média aritmética dos últimos 24 meses, arredondada à centena seguinte, sendo o último mês considerado o de Setembro de 2007. Em relação aos Impostos Abolidos, Contribuição Autárquica e Sisa, porque nos anos anteriores não estavam especificados, a metodologia da orçamentação foi semelhante à dos outros impostos, sendo dotadas de igual valor.

A reforma global da tributação automóvel – CIUC – introduziu uma alteração à Lei das Finanças Locais, que consagrou, como receita a arrecadar pelos municípios, o imposto único de circulação (IUC). Através deste normativo legal, procedeu-se ainda à abolição do IMV, a partir de 1 de Janeiro de 2008 (cfr. Disposto no n.º 2 do artigo 11.º), mantendo-se a aplicação do respectivo regime legal durante o ano de 2007 em relação a todos os veículos tributáveis. Assim, foram introduzidas estas

novas rubricas nos impostos indirectos, Imposto Único de Circulação e Impostos Abolidos do Imposto Municipal Sobre Veículos.

O Orçamento Municipal é condicionado por alguns factores, que convêm mencionar, pois estão presentes na sua elaboração: a incompressibilidade das despesas; a exigência do duplo equilíbrio financeiro (Regra do equilíbrio do Orçamento Global e Regra do equilíbrio Orçamental corrente); a situação económica e a solidariedade Europeia, presente na política de estabilidade e crescimento.

2.1. Apresentação Global do Orçamento 2008

A previsão das receitas e despesas, para o próximo ano é apresentada no quadro seguinte, onde se encontram discriminados os valores pelos dois grandes agrupamentos de classificação económica, Correntes e Capital.

QUADRO 1. Resumo do Orçamento Previsto para o ano de 2008

<i>Descrição</i>	<i>Classificação Orçamental</i>		<i>Total</i>
	<i>Correntes</i>	<i>Capital</i>	
<i>Receitas</i>	22.067.300,00	16.418.100,00	38.485.400,00
<i>Despesas</i>	19.910.900,00	18.574.500,00	38.485.400,00
<i>Saldo</i>	<i>2.156.400,00</i>	<i>-2.156.400,00</i>	

De acordo com o disposto na alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL, o Princípio do Equilíbrio Orçamental determina, em sede de elaboração do orçamento, que o mesmo preveja os recursos necessários para cobrir todas as despesas, devendo as receitas correntes ser pelo menos iguais às despesas correntes.

Pela observação do quadro, conclui-se que este preceito se manteve presente, totalizando as Receitas correntes o montante de 22.067.300,00 euros face ao valor de 19.910.900,00 euros de Despesas correntes, ou seja, foi possível obter uma *poupança corrente* no valor de 2.156.400 euros, proveniente do excesso das receitas correntes sobre as despesas da mesma natureza, financiando, no mesmo valor, as despesas de capital.

A leitura sintetizada do quadro seguinte, permite-nos concluir que o orçamento de 2008, apresenta comparativamente ao de 2007, um aumento de 1,00%. No orçamento de receita, tal facto é proveniente do aumento da previsão das receitas correntes, com 10,61%, e uma diminuição no valor de 9,57% nas receitas de capital. Relativamente ao orçamento de despesa, prevê-se um acréscimo de 13,40% nas despesas correntes e as despesas de capital face ao previsto no ano de 2007, diminuem em 9,61%.

Seguidamente irá proceder-se pormenorizadamente à análise do Orçamento Municipal.

QUADRO 2. Mapa Comparativo dos Orçamentos previstos - 2007-2008**ORÇAMENTO DE RECEITA**

Descritivo	2007	2008	Var. %
Receitas Correntes			
Impostos Directos	4.336.500 €	4.700.300 €	8,39%
Impostos Indirectos	369.100 €	425.300 €	15,23%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.022.800 €	929.500 €	-9,12%
Rendimentos de Propriedade	1.304.000 €	1.542.700 €	18,31%
Transferências Correntes	9.235.300 €	10.450.800 €	13,16%
Venda de Bens e Serviços Correntes	3.652.400 €	3.984.000 €	9,08%
Outras Receitas Correntes	30.400 €	34.700 €	14,14%
<i>Total (Receitas Correntes)</i>	19.950.500 €	22.067.300 €	10,61%
Receitas Capital			
Venda de Bens de Investimento	2.649.300 €	3.197.300 €	20,68%
Transferências de Capital	15.502.400 €	13.216.500 €	-14,75%
Activos Financeiros	1.500 €	0 €	-100,00%
Passivos Financeiros	500 €	0 €	-100,00%
Outras Receitas de Capital	1.500 €	4.300 €	186,67%
<i>Total (Receitas Capital)</i>	18.155.200 €	16.418.100 €	-9,57%
Outras Receitas			
Reposições não abatidas aos pagamentos	500 €	0 €	-100,00%
<i>Total (Outras Receitas)</i>	500 €	0 €	-100,00%
TOTAL	38.106.200 €	38.485.400 €	1,00%

ORÇAMENTO DE DESPESA

Descritivo	2007	2008	Var.%
Despesas Correntes			
Despesas com o pessoal	7.268.300 €	6.785.900 €	-6,64%
Aquisição de bens e serviços	8.647.400 €	11.441.300 €	32,31%
Juros e outros encargos	372.400 €	395.800 €	6,28%
Transferências correntes	873.700 €	1.011.000 €	15,71%
Outras despesas correntes	395.600	276.900	-30,01%
<i>Total (Despesas Correntes)</i>	17.557.400 €	19.910.900 €	13,40%
Despesas Capital			
Aquisição de bens de capital	16.795.800 €	15.834.500 €	-5,72%
Transferências de capital	1.404.200 €	1.396.200 €	-0,57%
Activos financeiros	800.000 €	165.000 €	-79,38%
Passivos financeiros	1.548.800 €	1.178.800 €	-23,89%
<i>Total (Despesas Capital)</i>	20.548.800 €	18.574.500 €	-9,61%
TOTAL	38.106.200 €	38.485.400 €	1,00%

2.1.1. Orçamento da Receita

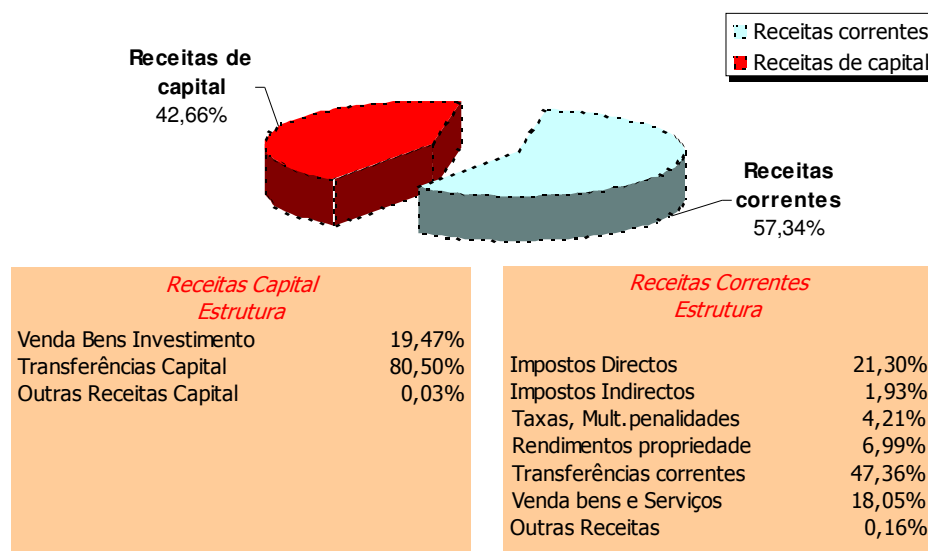
A classificação económica das receitas traduz-se na desagregação das mesmas, em receitas correntes e de capital.

As receitas correntes, aquelas que se repercutem no património não duradouro da autarquia são provenientes de rendimentos no período orçamental, são agrupadas em: Impostos directos e indirectos; Taxas, multas e outras penalidades; Rendimentos de propriedade; Transferências correntes; Venda de bens e serviços correntes e Outras receitas correntes.

No que concerne às receitas de capital, ou seja, aquelas que são arrecadadas pela autarquia e que alteram o seu património duradouro, agrupam-se por capítulos com as seguintes designações: Venda de bens de investimento, Transferências de capital, Activos financeiros, Passivos financeiros e Outras receitas de capital.

O Orçamento de receita foi elaborado dando cumprimento às regras previsionais instituídas no ponto 3.3.3 do POCAL. Os valores orçamentados foram sempre arredondados para a centena imediatamente superior. Assim sendo, a previsão para o ano de 2008 em termos de receita ascende a 38.485.400,00 euros, apresentando a seguinte estrutura:

GRÁFICO I. Composição do Orçamento de Receita



QUADRO 3. Principais fontes de Financiamento do Orçamento de Receita

<i>Descritivo</i>	<i>valor</i>	<i>Principal fonte financiamento</i>	<i>valor</i>	<i>%</i>
Receitas Correntes				
Impostos Directos	4.700.300 €	Imp.Municip. sobre Imóveis	2.462.800 €	52,40%
		Imp.Unico de Circulação	414.900 €	8,83%
		Imp.Municip.S/Tran.Onerosas Imóveis	1.610.600 €	34,27%
		Imposto Abolidos	211.900 €	4,51%
Impostos Indirectos	425.300 €	Loteamentos e Obras	394.600 €	92,78%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	929.500 €	Mercados e Feiras	53.400 €	5,75%
		Loteamentos e Obras	339.100 €	36,48%
		Saneamento - Conservação	365.200 €	39,29%
Rendimentos de Propriedade	1.542.700 €	Rendas - Outros	1.501.100 €	97,30%
Transferências Correntes	10.450.800 €	Administração Central - Estado	10.087.800 €	96,53%
Venda de Bens e Serviços Correntes	3.984.000 €	Venda de bens - Água	1.272.400 €	31,94%
		Venda de bens - Electricidade	694.900 €	17,44%
		Serviços Sociais, Recreat/Cult/Desporto	179.600 €	4,51%
		Serv. Esp.Autarquias - Residuos sólidos	728.400 €	18,28%
		Serv. Esp.Autarquias - Transp. Colectivos	156.900 €	3,94%
		Serv. Esp.Autarquias - Parq. Estacionamento	146.000 €	3,66%
		Rendas	584.200 €	14,66%
Outras Receitas Correntes	34.700 €			
Total (Receitas Correntes)	22.067.300 €		21.203.800 €	96,09%
Receitas de Capital				
Venda de Bens de Investimento	3.197.300 €	Terrenos	3.196.200 €	99,97%
Transferências de Capital	13.216.500 €	Administ. Central - Estado	8.151.800 €	61,68%
		Estado - Part/comunitária proj.co-financiados	5.064.700 €	38,32%
Outras Receitas de Capital	4.300 €			
Total (Receitas Capital)	16.418.100 €		16.412.700 €	99,97%
TOTAL	38.485.400 €		37.616.500 €	97,74%

A leitura do gráfico 1, complementada pelos quadros anteriores, evidencia a peso de cada tipo de receita no orçamento global, a sua desagregação e as principais fontes de financiamento. Ao analisar os agrupamentos que contribuem mais significativamente para o orçamento de receita e os desvios verificados, comparativamente ao ano anterior, são de salientar as seguintes considerações:

Ao nível das **Receitas Correntes** que, representam **57,34%** do Orçamento:

- ▲ Dos **Impostos directos**, que representam 21,74% do orçamento corrente, 86,66% são provenientes do Imposto Municipal sobre Imóveis e Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, com 52,40% e 34,27% respectivamente;

▲ Os **Impostos indirectos**, resultantes do sector produtivo, representam 1,93% do orçamento corrente, registando um aumento de 15,23% face ao valor estimado para o ano 2007. A receita proveniente de Loteamentos e Obras representa 92,78% destes impostos;

▲ Os **Rendimentos de Propriedade** apresentam relativamente a 2007, um acréscimo de 18,31%. Estes rendimentos resultam em 97,30% da renda de concessão proveniente da EDP;

▲ As **Transferências Correntes** que representam 47,36% das receitas correntes registam um aumento de 13,16% face ao valor orçamentado para 2007. A sua proveniência é em 96,53% da Administração Central, nomeadamente do Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS. Será ainda de referir que 890.300 euros são provenientes das participações da DREN, IEFP e DGAL, no que dizem respeito ao apoio às despesas provenientes dos auxiliares da acção educativa, actividades extra-curriculares, estágios profissionais e transportes escolares, respectivamente;

▲ A venda de **Bens e Serviços Correntes** que contribuem em 18,05% para o orçamento corrente das receitas, apresentam um acréscimo de 14,14% face ao valor orçamentado em 2007. A venda de bens e serviços relacionados com a água e os resíduos sólidos, são as receitas mais significativas, com 31,94% e 18,28%, respectivamente. As receitas provenientes das rendas contribuem em 14,66% para a formação deste tipo de receitas, estando incluídas as provenientes da habitação, edifícios e outras. Neste agregado de receitas, as rendas provenientes da habitação e edifícios tem uma expressão de aproximadamente 19,89%, as restantes rendas, são provenientes na sua quase totalidade de alugueres de equipamento.

Ao nível das **Receitas de Capital** que, representam **42,66%** do Orçamento:

▲ A rubrica **Venda de Bens de Investimentos**, nomeadamente Terrenos, com o peso no orçamento de receitas de capital de 19,47%, regista uma incremento de 20,68% face ao valor estimado para o ano 2007;

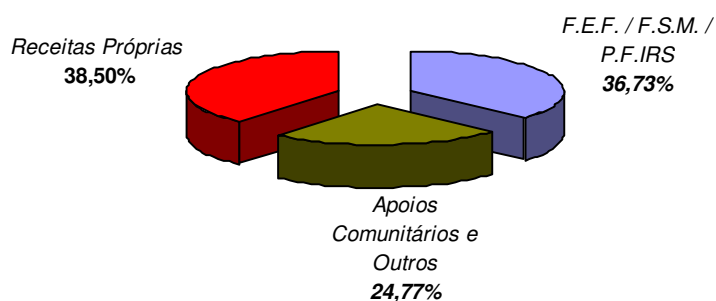
▲ A rubrica **Transferências de Capital** que contribuem com 80,50% para o orçamento de receitas de capital, regista uma diminuição de 14,75% face ao valor estimado para o ano de 2007. Este agregado de receitas é procedente, na sua totalidade das transferências da Administração Central em 13.216.500,00. Por ordem de importância, 38,32% são provenientes de participação comunitária em co-financiamentos, 37,36% provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro e 24,32% da Cooperação Técnica e Financeira;

QUADRO 4. Evolução da Previsão das Receitas Totais por Fontes de Financiamento

Fontes de Financiamento	2007		2008		Variação em %
	Valor	Estrutura (%)	Valor	Estrutura (%)	
F.E.F. / F.S.M. / P.V.IRS	13.462.000 €	35,33%	14.135.000 €	36,73%	5,00%
Apoios Comunitários e Outros	11.275.700 €	29,59%	9.532.300 €	24,77%	-15,46%
Empréstimos	500 €	0,00%	0 €	0,00%	-100,00%
Receitas Próprias	13.368.000 €	35,08%	14.818.100 €	38,50%	10,85%
<i>Total</i>	<i>38.106.200 €</i>	<i>100,0%</i>	<i>38.485.400 €</i>	<i>100,0%</i>	<i>1,00%</i>

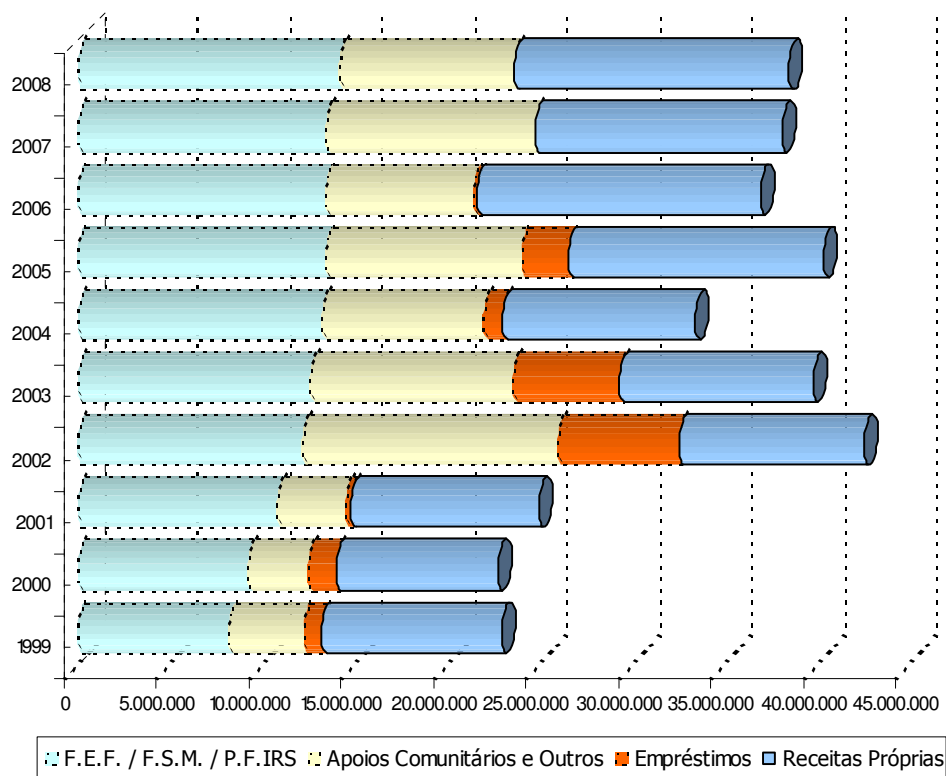
Complementando a análise anterior com a previsão global da estrutura das fontes de financiamento (correntes e de capital), do orçamento para 2008 salientamos alguns aspectos:

- ✦ A supremacia das **transferências provenientes directamente do Orçamento de Estado** através dos fundos de Equilíbrio Financeiro, Social Municipal e Participação Variável no IRS que representam 36,73% dos recursos financeiros da Autarquia.;
- ✦ As receitas **provenientes de apoios comunitários e outros** reflectem uma diminuição de 15,46% relativamente ao orçamentado em 2007;
- ✦ As **receitas próprias** representavam em 2007, 35,08% do orçamento da receita e em 2008, 38,50%.

GRÁFICO II. Estrutura do Orçamento de Receita *por fontes de financiamento*

Apresenta-se seguidamente a evolução das receitas totais previstas por fontes de financiamento num período mais alargado (1999-2008).

GRÁFICO III. Evolução das Receitas Totais *por fontes de financiamento*



O quadro seguinte evidencia claramente, por programa e tipologia de projecto, os investimentos cujo financiamento é proveniente de apoios comunitários e outros contratos durante o ano de 2008.

QUADRO 5. Previsão de receitas provenientes de fundos comunitários e outros contratos para 2008 (euros)

Designação dos Projectos	Origem do Financiamento	Valor
1 Centro de Arte Contemporânea /Projecto	ON - FEDER	138.202 €
2 Biblioteca Municipal de Bragança	CP - MC	430.952 €
3 TRANSMUSEOS I (Centro de Arte Contemporânea)	INTERREG III A - FEDER	828.915 €
4 TRANSMUSEOS II (Centro de Arte Contemporânea)	INTERREG III A - FEDER	677.749 €
5 MAT II (Estrada Ligação com Espanha - Entrada n.º 18 - Parâmio/ Fronteira)	INTERREG III A - FEDER	147.859 €
6 COOPERAÇÃO EM REDE (Zona Industrial de Bragança)	INTERREG III A - FEDER	48.162 €
7 FEIRAS DA RAIA (Área envolvente ao NERBA)	INTERREG III A - FEDER	175.000 €
8 Caminho Rural Gondesende / Caminho Rural Oleiros	FEOGA-O	31.642 €
9 Caminho Rural Quinta de Arufe / Estrada Municipal 537	FEOGA-O	14.612 €
10 Caminho Rural entre S. Cibrão / Estrada de Acesso à Sr.ª da Serra	FEOGA-O	18.705 €
11 Plano Orientador de Prevenção - Programa de Acção Florestal	FEOGA-O	35.267 €
	OE - MAP	13.776 €
12 Caminho Rural entre Oleiros/ Portela	FEOGA-O	48.975 €
13 Construção do Centro de Saúde de Bragança II e do Laboratório Distrital de Saúde Pública	CP - MS	1.942.537 €
14 Aquisição e instalação, no aeródromo municipal, de um VOR/DME e de uma estação meteorol.	MOPTC - INAC	800.000 €
15 Rede Social no Concelho de Bragança	ISS - FSE	27.345 €
16 MÁSCARAS (Museu da Ibérico da Máscara e do Traje)	INTERREG III A - FEDER	145.297 €
17 Clássicos do Bailado Internacional: Ciclo de Captação e Formação de Públicos	POC - FEDER	15.553 €
18 Remodelação da Avenida Cidade de Zamora e Avenida do Sabor	ON - FEDER	197.180 €
19 PARQUE /Potenciação e Desenvolvimento Competitivo dos Recursos de Uso Empresarial	INTERREG III A - FEDER	222.000 €
20 Abastecimento de Água e Saneamento a Sanceriz, Sendas, Fermentãos, Veigas de Quintela e Pombares	ON - FEDER	526.674 €
21 Centro de Ciência Viva de Bragança	ON - FEDER	62.332 €
22 Cooperação em Rede II (Zona Industrial de Mós)	INTERREG III A - FEDER	150.000 €
23 Pavimentação a cubos de granito em aldeias emblemáticas de Bragança	ON - FEDER	407.133 €
24 Requalificação da Rede Viária (Este/Norte/Oeste)	ON - FEDER	318.343 €
25 Requalificação da Rede Viária (Este/Sul)	ON - FEDER	687.099 €
26 Norçaça & Norpesca - 6.ª Feira Internacional do Norte 2007	FEOGA-O	11.647 €
27 Aquisição de um veículo pesado de passageiros (Acordo nº 23/07 PIDDAC DGTTF)	MOPTC-DGTTF	26.890 €
28 VIAS AUGUSTAS II	INTERREG III A - FEDER	73.642 €
29 RNT /Sistema de prevenção e actuação em situações de emergência provocadas por riscos naturais e tecnológicos	INTERREG III A - FEDER	82.500 €
TOTAL		8.305.989 €

Há a salientar que se tratam exclusivamente de financiamentos aprovados durante o período de vigência do 3.º Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006) e que, dadas as regras comunitárias de conclusão dos programas (n+2) vêem o seu encerramento financeiro acontecer no ano de 2008 (2006+2).

2.1.2. Orçamento da Despesa

A realização de despesas tem como princípio fundamental, e no âmbito das competências legalmente conferidas às autarquias, a afectação de recursos ao desenvolvimento de actividades para a satisfação das necessidades da população local. Neste enquadramento e seguindo a mesma orientação aplicada às receitas, nomeadamente na aplicação dos princípios e regras instituídos no POCAL, o orçamento da despesa é projectado evidenciando a relação existente entre a capacidade de financiamento que esta autarquia dispõe e as dotações afectas a cada uma das funções, objectivos ou finalidades comuns às mesmas actividades (classificação funcional) ou a cada operação económica (classificação económica).

As despesas, quanto à sua natureza económica, são classificadas em correntes e de capital. São despesas correntes as que afectam somente o património não duradouro, implicando uma diminuição do activo líquido. A exemplo disso identificam-se as despesas de funcionamento dos serviços, que se traduzem na obtenção de serviços ou bens de consumo corrente. As despesas de capital são todas aquelas que alteram o património duradouro da Autarquia.

À semelhança da orientação subjacente à elaboração do orçamento estimado para a receita projectou-se o orçamento de despesa com um crescimento de 1,00%.

A análise do comportamento do orçamento de despesa, cujo valor previsto ascende a 38.485.400 euros, deve ser efectuada numa óptica de comparação com a estimada no ano precedente. Assim as despesas correntes atingem o valor 19.910.900,00 euros, ou seja, um acréscimo de 13,40% em relação a 2007. As despesas de capital atingem o valor de 18.574.500,00 euros, registando uma diminuição de 9,61% relativamente ao ano de 2007.

Ao analisar cada um dos agrupamentos que constituem o orçamento da despesa ressaltam as seguintes apreciações:

As **Despesas Correntes** representam **51,74%** do Orçamento, valor inferior à média nacional de municípios de 57% e à média dos municípios de média dimensão de 56%. Temos vindo a salientar que ao ciclo de maior afectação de recursos para a construção de infra-estruturas e equipamentos, se segue o ciclo da gestão e exploração, o que tendencialmente aumenta o orçamento da despesa corrente:

- ♦ As **Despesas com o pessoal** registam uma diminuição de 6,64% face ao valor estimado para o ano 2007. Tendo por base as dotações corrigidas em final de Outubro de 2007, que atingem o valor de 6.766.720,00, esta variação situa-se na ordem dos 0,28%;

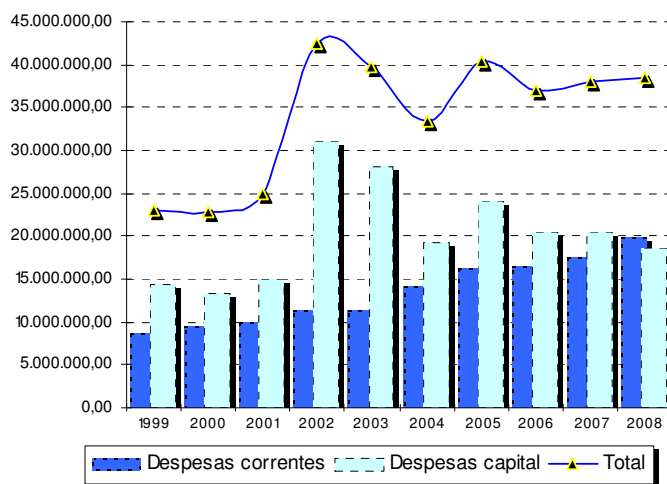
- ✦ A rubrica **Aquisição de bens e serviços** regista um incremento de 32,31% face ao valor previsto no orçamento para o ano 2007. Desagregada, a aquisição de bens apresenta um crescimento de 33,06% e a aquisição de serviços 32,13%. Importa referir que feita a análise com base nas dotações corrigidas em 31/10/2007, este aumento global é de 13,71%, bastante inferior à análise inferida com base nas dotações iniciais. Utilizando o mesmo critério, a aquisição de bens sofre um aumento de 19,71% e a aquisição de serviços 12,66%. Também no orçamento para 2008, e conforme instruções da DGAL, que refere que às obras realizadas por administração directa devem ser imputadas despesas de natureza corrente, foram acrescidas em sede de PPI despesas de aquisição de bens e serviços o que contribuiu para o acréscimo deste tipo de despesas;
- ✦ A rubrica **Juros e outros encargos** indica um acréscimo de 6,28% face ao valor previsto no orçamento para o ano 2007. Este ajustamento verifica-se pela necessidade de rectificar as verbas que foram calculadas pelas instituições bancárias, em virtude de durante o ano de 2007 terem sido sujeitas a alterações (aumentos) em resultado das alterações da taxa de juro, indexada Euribor;
- ✦ A rubrica **Transferências correntes** regista um aumento de 15,71% face ao valor previsto no orçamento para o ano 2007;
- ✦ As **Outras despesas correntes** registam uma diminuição de 30,01% face ao valor previsto no orçamento para o ano 2007;

Ao nível das **Despesas de Capital** que representam **48,26%** do orçamento:

- ✦ A rubrica referente à **Aquisição de bens de capital** regista uma diminuição de 5,72% face ao valor estimado para o ano 2007. Estas são as despesas que representam a maior parcela no orçamento das despesas de capital, com 85,25%, esta diminuição é consequência directa da diminuição da previsão das receitas de capital;
- ✦ As **Transferências de capital** demonstram uma diminuição de 0,57% em relação ao valor previsto no orçamento para o ano 2007;
- ✦ A rubrica de **Activos financeiros** revela uma diminuição de 79,38% face ao valor estimado no orçamento para o ano 2007;
- ✦ A rubrica **Passivos financeiros** evidencia uma diminuição de 23,89% face ao valor estimado no orçamento para o ano 2007;

Em termos comparativos a estrutura da despesa prevista comporta-se do seguinte modo:

GRÁFICO IV. Evolução da estrutura da despesa 1999-2008



A previsão dos fundos da Autarquia é efectuada pelas várias unidades orgânicas, gerando orçamentos previsionais, resultantes da repartição dos meios disponíveis em função dos objectivos traçados pelo executivo camarário. O principal objectivo visa a máxima rentabilização dos meios e/ou recursos em função dos resultados esperados.

Seguidamente, apresenta-se embora muito sinteticamente, a previsão das despesas pelas várias unidades orgânicas, bem como pelo seu tipo de natureza, correntes ou de capital, pois consideramos que poderão ser indiciadoras do tipo de actividade que cada uma desenvolve.

As despesas associadas ao *Departamento de Obras e Urbanismo* representam 41,02% do total. É neste departamento que está representada a maior fatia de obras públicas promovidas pela Autarquia, o que justifica o tipo de despesa que quase na sua totalidade absorve as despesas de capital.

À Administração Autárquica, com um peso de 22,76% da despesa, estão associados os valores inerentes aos encargos correntes da dívida contraída junto de instituições de crédito, as prestações referentes às amortizações dos empréstimos, médio e longo prazo, e as transferências de capital.

QUADRO 6. Repartição Departamental da Despesa Total 2008 – por tipo de despesa

Unidades Orgânicas	Despesas Correntes				Despesas de Capital	TOTAL
	Despesas com pessoal	Aquisição de bens e serviços	Outras Despesas	Total	Despesas de Capital	
Administração Autárquica	985.700 €	2.917.000 €	1.193.700 €	5.096.400 €	3.662.000 €	8.758.400 €
Assembleia Municipal	45.500 €	18.800 €	0 €	64.300 €	0 €	64.300 €
Câmara Municipal	940.200 €	2.898.200 €	797.900 €	4.636.300 €	2.318.200 €	6.954.500 €
Operações Financeiras	0 €	0 €	395.800 €	395.800 €	1.343.800 €	1.739.600 €
Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira	1.017.300 €	86.900 €	0 €	1.104.200 €	5.000 €	1.109.200 €
Divisão Administrativa	471.500 €	21.900 €	0 €	493.400 €	2.500 €	495.900 €
Divisão Financeira	424.400 €	48.600 €	0 €	473.000 €	2.500 €	475.500 €
Divisão de Informática e Sistemas	121.400 €	16.400 €	0 €	137.800 €	0 €	137.800 €
Departamento de Obras e Urbanismo	1.805.900 €	1.148.000 €	0 €	2.953.900 €	12.833.000 €	15.786.900 €
Divisão de Obras	711.800 €	196.400 €	0 €	908.200 €	12.045.500 €	12.953.700 €
Divisão de Equipamento	573.200 €	894.200 €	0 €	1.467.400 €	500.000 €	1.967.400 €
Divisão de Urbanismo	520.900 €	57.400 €	0 €	578.300 €	287.500 €	865.800 €
Departamento de Serviços Municipais	2.103.200 €	5.036.200 €	0 €	7.139.400 €	2.054.500 €	9.193.900 €
Divisão de Saneamento Básico	583.100 €	2.131.500 €	0 €	2.714.600 €	362.000 €	3.076.600 €
Divisão de Defesa do Ambiente	746.300 €	2.687.200 €	0 €	3.433.500 €	146.000 €	3.579.500 €
Divisão de Transportes e Energia	773.800 €	217.500 €	0 €	991.300 €	1.546.500 €	2.537.800 €
Departamento Sócio-Cultural	873.800 €	2.253.200 €	490.000 €	3.617.000 €	20.000 €	3.637.000 €
Divisão Cultural e Turismo	543.300 €	589.400 €	240.000 €	1.372.700 €	5.000 €	1.377.700 €
Divisão de Educação e Desporto	330.500 €	1.663.800 €	250.000 €	2.244.300 €	15.000 €	2.259.300 €
TOTAL	6.785.900 €	11.441.300 €	1.683.700 €	19.910.900 €	18.574.500 €	38.485.400 €

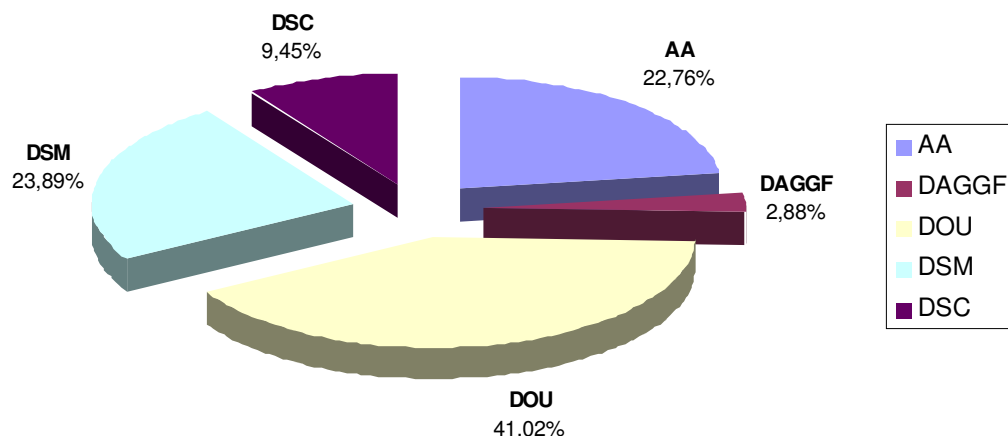
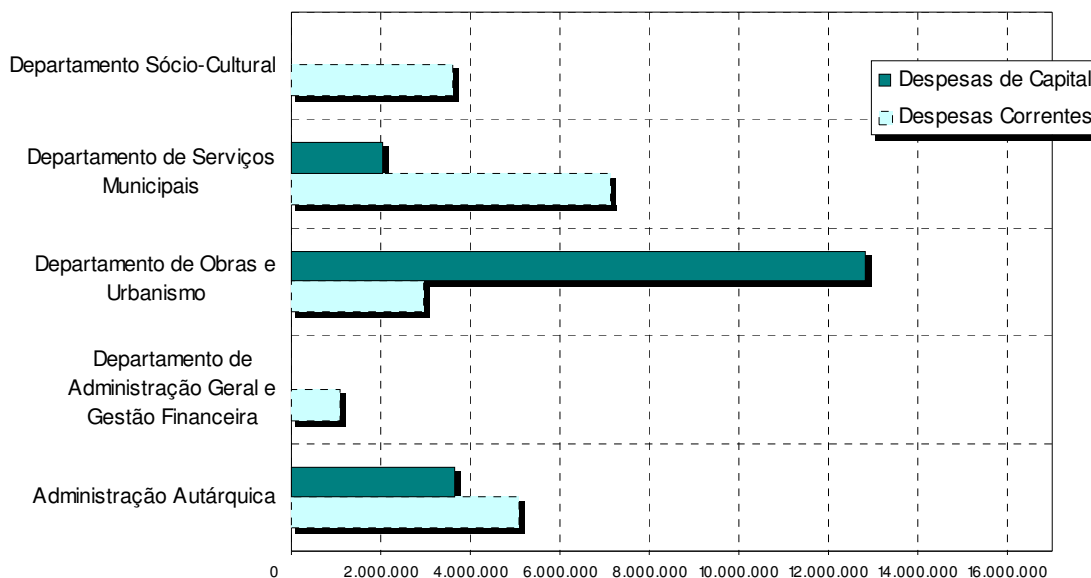
GRÁFICO V. Despesa Global por departamentos em 2008

GRÁFICO VI. Despesas Departamentais por natureza

O quadro seguinte, reflecte a previsão do esforço financeiro a despende, pelas diversas áreas de intervenção (classificação funcional) e que se concentram em três grandes objectivos: as funções gerais, as funções sociais e as funções económicas. No ano de 2008 estas funções encontram-se repartidas por dois grandes documentos de apoio à gestão, o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Actividades Municipal, vulgarmente designados por PPI e PAM, respectivamente. Assim sendo, a análise destes objectivos ou funções deverá ser efectuada de forma conjunta, tendo presente que no PPI se incluem somente despesas da rubrica de investimentos e que no PAM estão retratadas as transferências, correntes e de capital, associadas a determinados objectivos concretos.

QUADRO 7. Previsão das Grandes Opções do Plano para o ano de 2008

<i>Classificação Funcional</i>	<i>Previsão das Grandes Opções do Plano para 2008</i>		
	<i>PAM</i>	<i>PPI</i>	<i>Global</i>
<i>FUNÇÕES GERAIS</i>	45.000,00	906.500,00	951.500,00
Serviços gerais de administração pública	45.000,00	903.500,00	948.500,00
Segurança e ordem públicas	0,00	3.000,00	3.000,00
<i>FUNÇÕES SOCIAIS</i>	1.382.200,00	10.776.000,00	12.158.200,00
Educação	75.500,00	640.500,00	716.000,00
Saúde	0,00	1.500.500,00	1.500.500,00
Segurança e acção sociais	360.000,00	0,00	360.000,00
Habituação e serviços colectivos	281.700,00	7.032.000,00	7.313.700,00
Serviços culturais, recreativos e religiosos	665.000,00	1.603.000,00	2.268.000,00
<i>FUNÇÕES ECONÓMICAS</i>	67.000,00	4.427.000,00	4.494.000,00
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	1.000,00	5.000,00	6.000,00
Indústria e energia	30.000,00	1.365.500,00	1.395.500,00
Transportes e comunicações	5.000,00	2.956.500,00	2.961.500,00
Comércio e Turismo	31.000,00	100.000,00	131.000,00
TOTAL	1.494.200,00	16.109.500,00	17.603.700,00

Para melhor análise destes importantes instrumentos previsionais é relevante mencionar que, as despesas encontram-se agrupadas segundo a sua classificação funcional, desagregadas em três níveis de detalhe ou hierarquia organizacional: no primeiro nível surgem os objectivos gerais ou grandes funções; no segundo nível definem-se os meios ou, mais correntemente, sub-funções, através das quais se pretendem atingir os objectivos gerais; o terceiro nível fornece a composição mais pormenorizada das sub-funções ou a forma de as executar. O terceiro nível de detalhe, não incluído neste mapa resumo, será abordado aquando da explicitação do PPI e PAM.

No que diz respeito à classificação funcional, o Plano de Actividades Municipal prevê transferências no valor de 1.494.200,00 euros, no Plano Plurianual de Investimentos estimou-se um valor de investimentos de 16.109.500,00 euros. Globalmente, estes dois documentos reflectem um esforço financeiro de 17.603.700,00 cujo valor se encontra imputado em 5,41% às **funções gerais**, 69,07% às **funções sociais** e às **funções económicas** 25,53%.

3. DÍVIDA DO MUNICÍPIO

3.1. Serviço da dívida

QUADRO 8. Previsão do serviço da Dívida

		Previsões	
		2007	2008
(1)	Amortizações	1.548.300,00	1.178.800,00
(2)	Juros	370.400,00	393.100,00
(3)	Serviço da dívida = (1+2)	1.918.700,00	1.571.900,00

O serviço da dívida (encargos com juros e amortizações de empréstimos) tem uma expressão de 4,08% no orçamento de despesa.

Para o ano de 2008 prevê-se uma diminuição destes encargos no valor de 346.800 euros originada pela amortização total do empréstimo contraído ao BPI – Banco Português de Investimento e contraído no ano de 1998.

Durante o ano de 2008 são expectáveis ajustamentos a esta previsão, considerando que à data da elaboração das previsões não tinha sido efectivada a agregação e reescalamento de vários empréstimos aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 29 de Junho, por parte das entidades bancárias envolvidas no processo. Globalmente a negociação destes empréstimos, originou a dilatação da sua vida útil, de 15 para 20 anos, o que suavizou anualmente o serviço da dívida.

3.2. Limites de endividamento municipal para 2007

Os limites ao endividamento municipal para o presente ano é calculado de acordo com o disposto na Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei da Finanças Locais, tendo em conta a redacção do artigo 33.º do OE/2007 e apresenta os seguintes montantes:

QUADRO 9. Limites ao endividamento municipal para 2007

Ano de 2007	valor (euros)
Limite ao endividamento de curto prazo	1.786.870,13
Limite ao endividamento de médio e longo prazos	17.868.701,28
Limite ao endividamento liquido	22.335.876,60

3.3. Situação face aos limites ao endividamento municipal para 2007 – informação reportada a 30.09.2007

QUADRO 10. Situação face aos Limites ao endividamento municipal para 2007

Designação	Montante (euros)	Observações
Capital em dívida de médio e longo prazos	9.054.315,22	Empréstimos de médio e longo prazos
Endividamento líquido	7.649.177,71	O endividamento líquido corresponde à diferença entre passivos e activos financeiros. Para efeitos deste apuramento não se consideram as contas 2745, 2749 e 414.
Capital em dívida excepcionado dos limites de endividamento	2.451.317,00	Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos excepcionados dos limites de endividamento municipal nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do art.º 61.º da LFL e dos n.os 5 a 7 do art.º 33.º do OE/2007.
Capital em dívida de médio e longo prazos a considerar	6.602.998,22	Capital em dívida de médio e longo prazos, excluindo montantes legalmente excepcionados
Endividamento líquido a considerar	5.197.860,71	Endividamento líquido, excluindo montantes legalmente excepcionados

Estes limites reportam-se exclusivamente ao endividamento do Município, estando excluídas as situações que possam, nos termos da Lei, contribuir para o mesmo.

Face aos limites calculados, podemos concluir que relativamente à **dívida a médio e longo prazos** (empréstimos) cujo limite é de 17.868.701,28 euros, valor equivalente ao total das receitas arrecadas em 2006 por conta dos impostos municipais e fundos municipais previstos no OE/2007 apresenta-se em 30/09/2007 um capital em dívida, já excluído dos montantes legalmente excepcionados de 6.602.998,22 euros o que corresponde a uma taxa 36,95%. Quanto à dívida no cômputo do **endividamento líquido**, calculado com base em 125% das receitas utilizadas para cálculo do limite anterior, similarmente expurgada dos montantes legalmente excepcionados, atinge o valor de 5.197.860,71 euros, muito aquém do limite estabelecido de 22.335.876,60 euros e equivalente a 23,27% do limite indicado.

As dívidas, que pelo seu valor, têm um maior contributo para o endividamento municipal e reportadas a 30.09.2007 são as seguintes:

Dívida reportada a 30/09/2007	
Empréstimos a médio e longo prazos	9.054.315,22
Fornecedores imobilizado	3.136.871,44
Fornecedores conta-corrente	1.263.804,61
Total	13.454.991,27

Convém na análise da dívida, ter em atenção que existem verbas em atraso de participações cujo pagamento devido já foi efectuado pela Câmara Municipal e que sendo atempadamente recebidas teriam em valor idêntico correspondido à atenuação da dívida e/ou originado novos investimentos. Nesta data os co-financiamentos a haver são os seguintes:

	Despesa paga	Co-financiamento a haver
ON Operação Norte Feder	2.902.529	2.049.262
POC FEDER	41.835	30.810
INTERREG III A FEDER	1.696.374	1.280.733
Medida Agris FEOGA - O	92.089	71.493
LEADER + FEOGA - O	31.023	16.752
Contratos Programa	241.999	99.956
TOTAL	5.005.849	3.549.006

Relativamente aos empréstimos a médio e longo prazo, prevê-se que a 31.12.2007 a dívida atinja o valor próximo dos 8.774.000 euros.

Considerando que os cálculos dos limites ao endividamento municipal para o ano de 2008 são calculados com base no n.º 1 do art.º 37 da Lei da Finanças Locais que estabelece que " *O montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior.* "será previsível que este limite sofra um ligeiro aumento.

Analisando os vários limites impostos pela análise dos quadros anteriores, verifica-se o seu cumprimento.

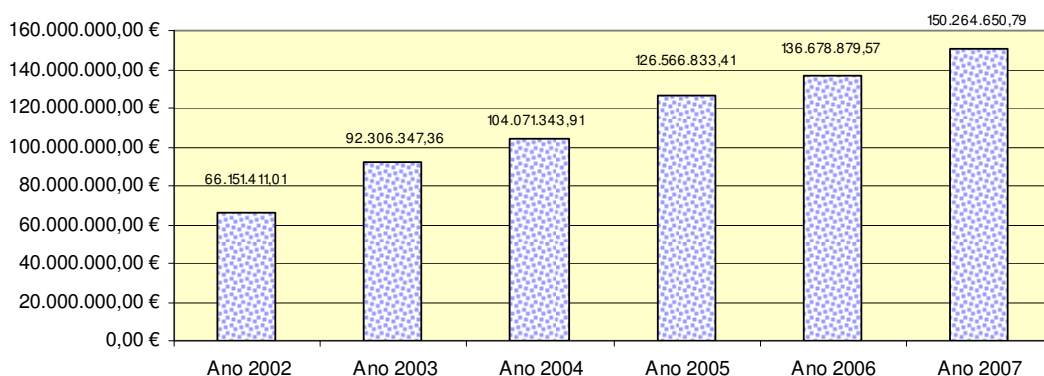
Esta análise é relevante dada a necessidade deste Município vir a contrair um empréstimo de médio e longo prazos no montante estimado de 2,5 milhões de euros, no ano de 2008, para fazer face às despesas inerentes ao financiamento municipal com a construção da obra com a denominação "Circular interior da avenida cidade de Zamora/Braguinha", bem como para fazer face à liquidação da dívida bancária inerente à transferência do património da Sociedade Bragança Polis, S.A. para o Município.

4. PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO

4.1 Activo Fixo do Município

Em 31 de Dezembro de 2006 o Activo Fixo Bruto totalizava a importância de 136.678.879,57 euros, correspondendo o valor de 4.447.055,46 euros a Investimentos Financeiros, o montante de 43.769.998,69 euros a Imobilizações Corpóreas, o valor de 488.587,64 euros a Imobilizações Incorpóreas e, por último, de um modo muito significativo, o montante de 87.973.237,78 euros a Bens de Domínio Público. As Imobilizações em Curso de Bens de Domínio Público importavam o valor de 22.703.703,76 euros, ou seja, integravam-nas com um peso 25,80% sobre o montante global dos Bens de Domínio Público; e as Imobilizações em Curso de Imobilizações Corpóreas correspondiam ao valor de 8.829.494,76 euros, isto é, integravam-nas com um peso 20,10% sobre o valor global das Imobilizações Corpóreas.

GRÁFICO VII. Evolução do Activo Fixo do Município



4.2 Activo Fixo do Município: Principais Variações durante o ano de 2007 (factos reportados a 30 de Outubro de 2007) – Factos relevantes

Existem factos, ocorridos durante o ano de 2007, que manifestamente se traduziram em alterações ao património deste Município. Referimo-nos a situações:

1) No âmbito dos Investimentos Financeiros

a) Conclui-se a aquisição de 7.000 acções ao accionista SIMAB, passando assim o accionista Município de Bragança a deter a totalidade do capital social, passando a deter 184.800 acções.

Foi realizado um aumento de capital do 'Mercado Municipal de Bragança, E.M.' sendo que, o Município realizou integralmente o reforço no montante de 175.000,00 euros, passando o capital do valor de

919.000€ para 1.094.000€, aumento esse na modalidade de entradas em dinheiro, mediante a emissão de 35.000 novas acções de 5,00€ cada, a realizar pelo accionista único, Município de Bragança.

O accionista Município de Bragança subscrevendo o aumento do capital social, passa a deter 218.800 acções.

- b) Na sequência da deliberação da reunião de câmara de 24.02.2007, sobre a sociedade "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.", concretizou-se a realização de capital equivalente a 19,77% da totalidade de capital social, no montante de 200.000,00 euros. Prevê-se ainda, a realização do capital em dívida, à medida que a resposta da ATMAD surgir, relativamente à construção da barragem de Veiguihas, orientação já definida.

a) No âmbito das Imobilizações Corpóreas

1. Terrenos e Recursos Naturais de Domínio Privado

Nesta rubrica, os aumentos ao longo do corrente ano económico, perfazem 2.850.496,30 euros, resultantes das seguintes regularizações de imóveis, dos quais se destacam:

- a) 10 Prédios rústicos, com a área total de 36.333 m², destinados à instalação da Zona Industrial de Mós, adquiridos pelo valor global de 59.949,45 euros;
- b) 6 Prédios rústicos, com a área total de 26.579 m², destinados à ampliação do Aeródromo Municipal e melhoramentos na Zona Envolvente da Pista do Aeródromo e criação de Plataforma para implantação de novos Hangares, adquiridos pelo valor total de 47.305,66 euros;
- c) Lote A, sito no lugar da Fraga Selvagem, Bairro das Cantarias, Rua Dr. Manuel Teixeira, com a área de 264 m², na freguesia de Samil, proveniente da junção de 2 complementos para futuros lotes de dois alvarás de loteamento, a que se atribuiu o valor de 27.440,00 euros;
- d) 2 Lotes de terreno, sitos na Zona Industrial, designados de Lote 216C1 e Lote 216C2 e 1 parcela de terreno para complemento de futuro lote, designada de Parcela A, com as áreas de 1.570 m², 2.375 m² e 208 m², respectivamente, provenientes da Alteração ao Alvará de Loteamento Urbano n.º 11/1998, emitida a 15 de Fevereiro de 2007, a que se atribuiu o valor global de 16.718,44 euros;
- e) 26 Lotes de terreno, sitos na Zona Industrial, identificados de A a Z, destinados a complemento de lotes contíguos, provenientes da emissão do Alvará de Loteamento Urbano n.º 13/2006, de 15 de Fevereiro de 2007, a que se atribuiu o valor total de 94.538,72 euros;
- f) 4 Lotes de terreno, sitos na Zona do Estádio Municipal, identificados de A a D, destinados a equipamentos desportivos, com as áreas de 40.980,26 m², 10.232,19 m², 1.123,71 m² e 31.335,71 m², respectivamente, provenientes da emissão do Alvará de Loteamento Urbano n.º 8/2006, referente à Zona Desportiva de Bragança, a que se atribuiu o valor global de 2.264.863,83 euros;
- g) 1 Parcela de terreno para construção, sita no Campairo, em Izeda, com a área de 21.400 m², destinada a regularização da Zona Desportiva de Izeda, provenientes da emissão do um Alvará de Emparcelamento, a que se atribuiu o valor total de 38.656,84 euros;

- h) Lote A, para complemento de futuro lote de terreno para construção, sito no lugar de 'Navalho', com a área de 441 m², na freguesia de São Pedro de Serracenos, proveniente de Cedências em loteamento, a que se atribuiu o valor de 11.500,00 euros;
- i) 1/3 de Prédio rústico, com a área total de 6.000 m², sito em Vale de Álvaro, adquirido pelo valor de 91.000,00 euros;
- j) Aquisição de 66,80 m², destinados ao alargamento da Plataforma de Acesso ao Depósito de Combustível da ETAR de Bragança, adquirido pelo valor de 334,00 euros;

2. Edifícios – Habitação

- a) 27 fracções sitas no **Bairro da Previdência**, transferidas para este Município, através de Auto de Cessão de Bens e Acordo de Transferência de património, direitos e obrigações, do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) para o Município de Bragança, celebrado em 14/11/2006 e declaração rectificativa de 05/12/2006, num montante total de 512.839,00 euros;
- b) Concluído o processo de inscrição e regularização, junto do Serviço de Finanças e Conservatória do Registo Predial, de 140 fracções autónomas do **Bairro da Coxa**, provenientes do Auto de Cessão de 10/12/2004, em que o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) transferiu para este Município, o património, direitos e obrigações, após outorga da respectiva Escritura Pública de Constituição de Propriedade Horizontal, que integrou nesta rubrica do Imobilizado Corpóreo e no presente ano económico, um total de **114 fracções** de montante correspondente a 4.459.512,15 euros.
- c) Ainda sobre esta Transferência da titularidade do parque habitacional social detido pelo Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, em Bragança, para o Município, constituído por 135 fracções do **Bairro de Vale D'Álvaro/Mãe D'Água**, que integrou nesta rubrica até ao momento, um total de **65 fracções** de montante correspondente a 2.649.012,06 euros. Ainda se encontra na fase final de registo junto da Conservatória Predial de Bragança, as restantes fracções.
- d) Casa com R/c e 1º andar, sita na Rua dos Batoques, n.º 72, adquirida por Escritura de Compra de 05/09/1990, actual **CASA da SEDA**, com o valor de 17.457,93 euros;
- e) Foram ainda participados como Prédios melhorados, 6 Edifícios na Cidadela, provenientes das obras de recuperação da fachada, ao abrigo de um projecto da Rota da Terra Fria.
- f) Os aumentos nesta rubrica, ao longo do corrente ano económico, perfazem 7.641.311,77 euros, resultantes da regularização acima referidas.

3. Edifícios - Instalação de Serviços

Conseguiu-se regularizar mais alguns Edifícios e fracções que, vêm assim integrar o património do Município de Bragança, traduzindo-se num aumento total de 1.203.136,82 euros:

- a) Concluído o processo de inscrição e regularização, junto do Serviço de Finanças e Conservatória do Registo Predial, de 140 fracções autónomas do **Bairro da Coxa**, provenientes do Auto de Cessão de 10/12/2004, em que o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) transferiu para este Município, o património, direitos e obrigações, após outorga da respectiva Escritura Pública de Constituição de Propriedade Horizontal, que integrou nesta rubrica do Imobilizado Corpóreo e no presente ano económico, um total de **26 fracções** de montante correspondente a 806.904,36 euros;
- b) Ainda sobre esta Transferência do IGAPHE, em Bragança, para o Município, constituído por 135 fracções do **Bairro de Vale D'Álvaro/Mãe D'Água**, integrou nesta rubrica até ao momento, um total de **7 fracções** de montante correspondente a 329.727,94 euros. Ainda se encontra na fase final de registo junto da Conservatória Predial de Bragança, as restantes fracções.
- c) Edifício da antiga 'Metrologia' com R/c e 1.º andar, sito na Travessa da Rua Marquês de Pombal (atrás do Auditório Paulo Quintela), a que se atribuiu o valor total de 22.050,00 euros;
- d) Edifício dos antigos Bombeiros Voluntários de Bragança com R/c, 1.º e 2.º andares, sito na Rua Abílio Bessa, n.º 92, a que se atribuiu o valor total de 40.470,00 euros;
- É de considerar ainda nesta rubrica, algumas obras de beneficiação e conservação em Edifícios Municipais, nomeadamente, Edifício Principal da Câmara Municipal de Bragança, Edifício do Armazém, Edifício das Oficinas e Edifício da Antiga PSP, todos sitos no Forte S. Joio De Deus, que à data ascendem a 3.984,52 euros.

4. Equipamento de Transporte

Foram adquiridos diversos equipamentos de transporte, necessários às actividades desenvolvidas pelo Município, são eles:

- a. Empilhador a Diesel Modelo 627FDF25 Toyota, pelo valor de 27.240,00 euros;
- b. Camião Volvo para desobstrução e Limpeza de Colectores, no valor de 182.986,49 euros;
- c. Toyota Dyna, com cabine dupla e 6 lugares, pelo valor de 27.413,23 euros;
- d. E foram efectuadas Grandes Reparações em algumas viaturas, originando um aumento na vida útil do bem, no valor global de 24.662,20 euros;

b) No âmbito dos Bens de Domínio Publico

a. Terrenos e Recursos Naturais de Domínio Publico

Foram ainda regularizados alguns processos, no valor total de 79.839,11 euros, dos quais destacamos os seguinte:

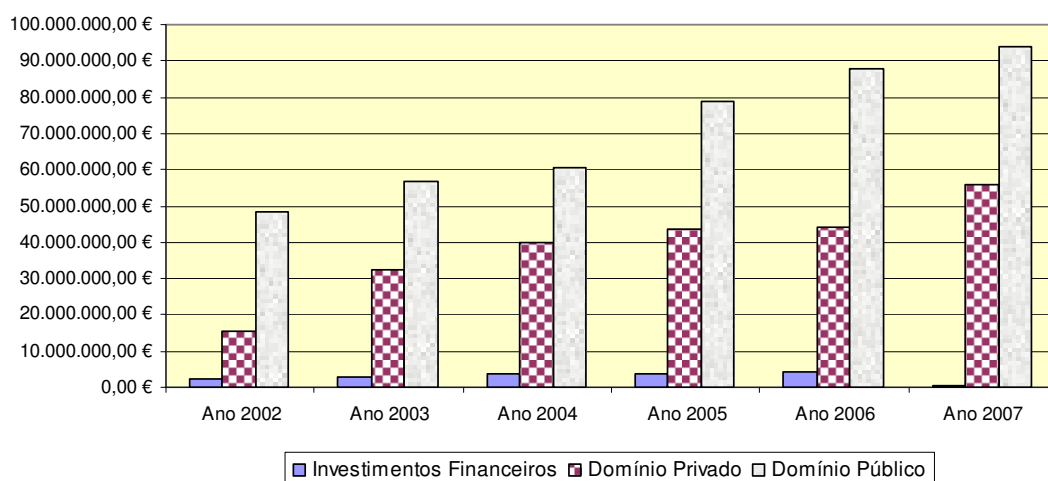
- a) 923 m² destinados a complemento de Logradouro Público existente, Lugar de Pereiras, Zona Industrial de Bragança, proveniente do Alvará 13/2006 da constituição de 26 Lotes destinados complemento de lotes contíguos, a que atribuímos o valor de 2.954,04 euros;

- b) 2.604 m² absorvidos pelas infra-estruturas várias do loteamento, sito no Lugar de Pereiras, Zona Industrial de Bragança, a que atribuímos o valor de 10.482,74 euros;
- c) Terreno com 34 m² proveniente da demolição de Casa, sita no Forte S. João de Deus, destinado a Logradouro Público, adquirido por Escritura de Permuta de 1994/04/08, adquirida pelo valor de 41.517,26 euros;
- d) Terreno com 66 m² proveniente de demolição de Casa com R/c, anexo e logradouro, sita no Bairro da Nogueira, adquirida por Escritura de Compra em 17/12/1991, demolida pela construção da Av. Pavillon-Sous-Bois e integrada em terreno de Domínio Público, com o valor de 8.778,83 euros;
- e) 133,30 m² absorvidos pelo arruamento - Rua Dr. Manuel Bento, Forte S. João de Deus, a que atribuímos o valor de 13.29,80 euros;

b. Bens do património histórico, artístico e cultural

Nesta rubrica resultou um aumento de 65.123,97 euros, proveniente da aquisição de todo o equipamento e conteúdos do Museu da Mascara e do Traje, sito na Cidadela, em Bragança.

GRÁFICO VIII. Evolução do Imobilizado



c) No âmbito das Imobilizações em Curso

Durante o ano de 2007 prevê-se que sejam ainda incorporadas em Bens de Domínio Público, no montante estimado de 5.713.802,90 euros, distribuídas por diversas rubricas, as imobilizações que se encontravam em curso e que terão Auto de Recepção Provisória até 31 de Dezembro. Referimo-nos às seguintes empreitadas:

1. Arranjos nos arruamentos da Cidade – rectificação da via e arranjo de passeio no Jardim Bartolomeu de Gusmão, pelo valor de 12.738,40 euros;
2. Arranjos complementares no Centro Histórico, pelo valor de 486.266,03 euros;
3. Arranjos urbanísticos diversos – arranjos dos espaços entre os Edifícios da Urbanização da Quinta da Braguinha , pelo valor de 50.234,18 euros;

- 4.** Arruamentos no Bairro S. João de Brito e outros, pelo valor de 521.128,54 euros;
- 5.** Conservação da Rede Viária Municipal - Beneficiação das Ruas Miguel Torga, Prof. Dr. Gonçalves Rodrigues e Estrada Municipal 518-1, pelo valor de 128.409,87 euros;
- 6.** Execução de calçada a cubos de granito na área Rural do Concelho – Zona Norte/Nascente, pelo valor de 516.838,83 euros;
- 7.** Execução de Passeios na Avenida Abade de Baçal e Outros – Passeios na Rua da Braguinha e na Avenida da Dinastia de Bragança, pelo valor de 59.603,97 euros;
- 8.** Execução de Passeios nos Bairros das Cantarias e Formarigos, pelo valor de 191.950,07 euros;
- 9.** Execução de Passeios no Bairro de S. Sebastião, Bairro do Sol, da Coxa e Vale de Álvaro – Passeios da Coxa e de Vale de Álvaro, pelo valor de 115.897,10 euros;
- 10.** Execução de Redes e infra-estruturas de Saneamento Básico nas Aldeias de: Caravela, Palácios, Aveleda e Varge – Execução das ligações dos ramais de água, pelo valor de 45.990,00 euros;
- 11.** Execução de Redes e infra-estruturas de Saneamento Básico nas Aldeias de: Gimonde, Formil, Castanheira, Nogueira e Gosteij, pelo valor de 402.508,80 euros;
- 12.** Execução de Redes e infra-estruturas de Saneamento Básico em Castro de Avelãs, Fontes Barrosas, Grandais e Donai – Órgãos Depuradores e Pavimentação, pelo valor de 59.272,50 euros;
- 13.** Fornecimento de reservatório de 30 m² e ligação Furo/Reservatório/Rede nas Aldeias de Fermentãos e Viduedo e ligação dos furos nas aldeias Frieira e Paredes, pelo valor de 76.442,63 euros;
- 14.** Ligação de Fontes de Transbaceiro à Fronteira, pelo valor de 301.494,69 euros;
- 15.** Infra-estruturas e Pavimentação das Vias do Novo Mercado Municipal, pelo valor de 472.342,41 euros;
- 16.** Pavimentação de Ruas em diversas localidades, reposição repavimentação a Cubos de Granito em: Calvelhe, Sacoias, Vale de Lamas, Macedo do Mato, Paradinha Nova e Sarzeda, pelo valor de 414.168,67 euros;
- 17.** Remodelação e Conservação do Edifício da Extensão de Saúde de Izeda, pelo valor de 270.900,12 euros;
- 18.** Urbanismo Comercial – II Fase, pelo valor de 1.587.616,09 euros;

Continuaremos em 2008 a trabalhar, para que tal, como nos anos anteriores, os objectivos e expectativas se alcancem, sempre no sentido de evolução dos resultados esperados, de forma a emergir as mais valias ao património do Município.

5. RECURSOS HUMANOS

5.1. Introdução

Sendo a gestão de recursos humanos preponderante e essencial nas novas dinâmicas tendentes ao aumento da melhoria da prestação de serviços e a consequente eficácia na resolução dos problemas dos municípios, torna-se esta área fulcral ao nível do funcionamento dos serviços municipais, uma vez que é na motivação, na qualificação dos recursos humanos e na concretização de um salutar clima de trabalho, que reside o êxito dos objectivos das políticas globais respeitantes ao Município.

Neste âmbito é preciso destacar a importância e o valor que os Recursos Humanos da Câmara Municipal de Bragança têm tido na real concretização da nossa missão do serviço público e na garantia da prestação de serviços de qualidade à população, aos empresários, ao município.

5.2. Reforço/reajustamento funcional de recursos humanos

O ano de 2007 assinalou o início de funcionamento de um conjunto de infra-estruturas municipais, implicando a respectiva afectação de pessoal, especialmente no domínio da cultura. Foram, ainda, preenchidos, em regime de substituição, os lugares de Chefe de Divisão, deixados vagos, nas áreas funcionais Administrativa, Financeira e Defesa do Ambiente, e em comissão de serviço, na área Cultural e Turismo, por se considerar essencial à promoção da estabilidade necessária para o desenvolvimento das competências definidas no Regulamento da Organização dos Serviços Municipais. Do mesmo modo, estamos a reforçar os efectivos nas áreas de educação, desporto, cultural, apoio social e transportes colectivos. Foram contidos os efectivos nas áreas de apoio geral e administrativo. Têm-se vindo a implementar acções conducentes a não só adequar o perfil dos funcionários às funções que desempenham, como também se têm detectado alguns desajustamentos profissionais e/ou funcionais que iremos resolver através do instrumento da reclassificação profissional. Também procuramos ao longo deste ano proporcionar bem estar aos nossos recursos humanos ao nível das infra-estruturas de trabalho e agilizar mecanismos de trabalho.

5.3. Segurança, higiene e saúde no trabalho

No âmbito da Saúde no Trabalho procedeu-se ao acompanhamento médico dos trabalhadores, bem como à realização de exames auxiliares de diagnóstico.

No âmbito da Segurança e Higiene no Trabalho nomeou-se um Técnico Superior de Higiene e Segurança no Trabalho que passou a assegurar a coordenação de segurança nas empreitadas de obras públicas promovidas pela Câmara Municipal, bem como acompanhou a acção desenvolvida pelos Serviços Externos contratados neste domínio. Entre outras acções, procedeu-se ao acompanhamento do nível de avaliação de riscos, acções de sensibilização, e ministrou-se, a todos os trabalhadores da Câmara formação teórico e prática, sobre a utilização de extintores e sobre situações de emergência. Também foi feito um simulacro de incêndio, e conseqüentemente, um exercício de evacuação.

Ainda, neste âmbito, foi adquirido fardamento e equipamento de protecção individual (EPI) e foi realizada formação específica e de sensibilização sobre a necessidade de utilização, manutenção e conservação do fardamento e EPI's.

Foram, também, elaborados os Planos de Emergência Interna das Escolas do Ensino Básico e Pré-Escolar e dos Edifícios da Câmara.

5.4. Formação profissional

O actual quadro de atribuições e competências das Autarquias Locais leva a um acréscimo das responsabilidades destes organismos, nomeadamente em matéria de ambiente e ordenamento do território, transportes e comunicações, educação, habitação, acção social e saúde, impondo a necessidade de uma resposta capaz das estruturas e dos meios técnicos às solicitações dos cidadãos. Esta resposta às solicitações crescentes e diversas dos cidadãos implica um investimento permanente das Autarquias Locais na formação inicial e/ou contínua dos seus recursos humanos.

Nestes termos, a nossa aposta para o ano de 2008 é a da continuidade desse investimento, tendo por base um *Plano de Formação* rigorosamente elaborado e assente num processo de levantamento de necessidades de formação. Só, assim, apostando-se na qualificação do nosso pessoal é que teremos a conseqüente melhoria dos serviços e aumento dos índices de produtividade.

5.5. Gestão documental

Durante o ano de 2008 vamos apostar na implementação do projecto de Gestão *Documental*, já devidamente planificado e calendarizado, no qual procuraremos envolver toda a organização da Câmara e todos os trabalhadores e, através deste projecto, desenvolveremos programas e acções de formação adequados a cada unidade orgânica e a cada grupo profissional.

Este projecto tem como objectivo criar um sistema de gestão de documentos e arquivo electrónicos. Os documentos serão capturados electronicamente ou passados a suporte electrónico através da sua digitalização. Pretende-se uma uniformização de formulários usados na instituição, bem como a implementação de um sistema de *workflow* bem definido, que suporte o ciclo de vida dos documentos.

5.6. Quadros e gráficos vários (COM INDICADORES DEMONSTRATIVOS E CARACTERÍSTICOS DOS RECURSOS HUMANOS DESTA CÂMARA EM 2007)

QUADRO 11. Movimento interno de pessoal

CONCURSOS INTERNOS DE ACESSO A PROMOVER ATÉ AO FINAL DE 2007 (PROMOÇÕES)	
GRUPO DE PESSOAL	TOTAL
Técnico	2
Técnico Profissional	2
Operário	1
TOTAL	5

QUADRO 12. Concursos externos de ingresso

GRUPO DE PESSOAL	CARREIRA	A DECORRER
Dirigente	Chefe das Divisões: - Administrativa - Financeira - Ambiente	3
Técnico Superior	Serviço Social	1
Técnico Profissional	- Animação Cultural e - Animação Desportiva	2
Operário	Pintor	1

Auxiliar	- Auxiliar de Acção Educativa - Motorista de Transportes Colectivos - Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais	3
TOTAL	-	10

QUADRO 13. Aposentações

APOSENTAÇÕES				
GRUPO DE PESSOAL	CARREIRA/CATEGORIA	VERIFICADAS	CARREIRA/CATEGORIA	AGUARDAR
Dirigente	Director de Departamento Sócio- Cultural	1	-	-
Técnico Superior	Técnico Superior de Serviço Social	1	-	-
Chefia	Chefe de Armazém	1	-	-
Técnico Profissional	-	-	TAITA	1
Auxiliar	- 1 Auxiliar Administrativo - 2 Motorista de Pesados - 2 Agente Único - 1 Cabouqueiro	6	- 1 Condutor de Máquinas Pesadas e Veic. Especiais - 1 Motorista de Pesados	2
TOTAL	-	9	-	3

QUADRO 14. Contratos a termo resolutivo

CONTRATOS A TERMO RESOLUTIVO CERTO		
GRUPO DE PESSOAL	CATEGORIA/CARREIRA	TOTAL
Auxiliar	Auxiliar da Acção Educativa	8
	Motorista de Transportes Colectivos	7
TOTAL		15

Durante o ano de 2008 iremos promover a abertura de vários concursos internos de acesso, e procurar o equilíbrio entre as novas admissões, contratações e aposentações, no estrito cumprimento da lei.

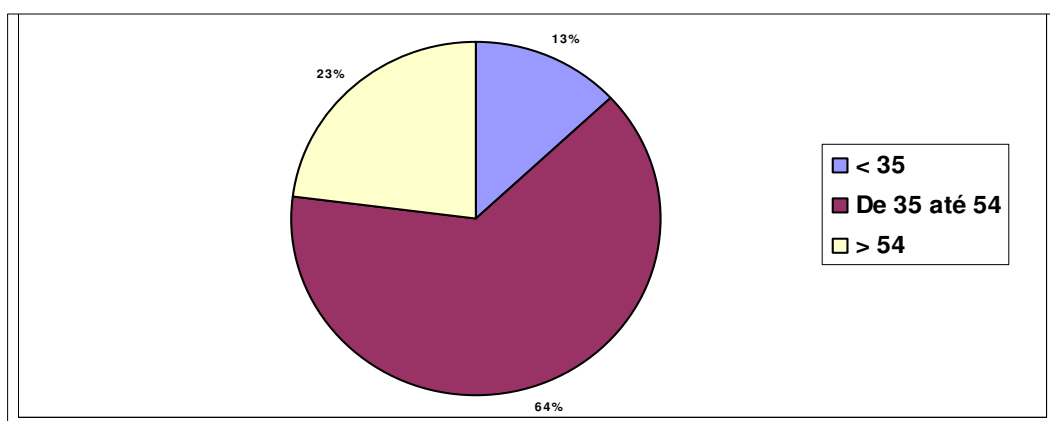
QUADRO 15. Grupos etários, por anos

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
< 35	57	54	57	58	55	51
De 35 até 54	258	253	250	254	246	248
> 54	77	82	89	94	93	90
Total	392	389	396	406	394	389

Analisando a distribuição de efectivos por grupos etários, e por anos verifica-se uma maior taxa de efectivos dos 35 aos 54 anos (248).

QUADRO 16. Média etária

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Homens	46	46	46	46	47	47
Mulheres	42	43	43	43	43	44

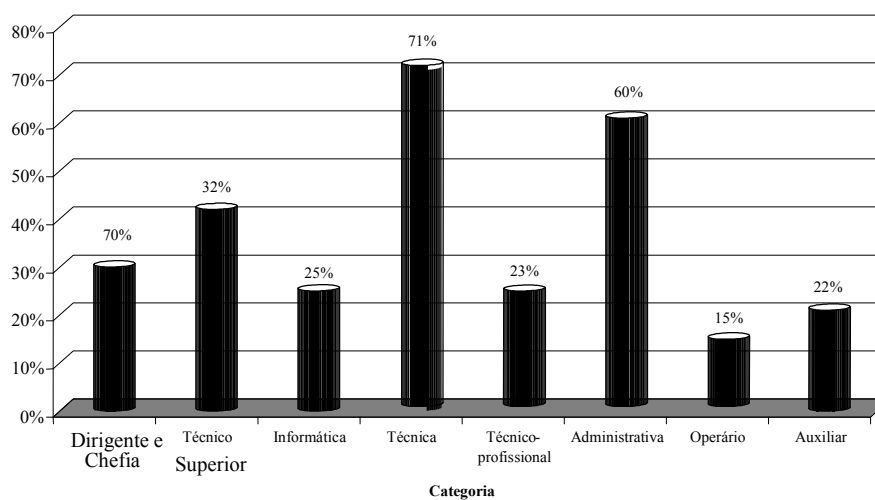
GRÁFICO IX. Estrutura Etária – 2007

Com a alteração ao estatuto da aposentação, que vem definir a idade de 65 anos como requisito obrigatório para a aposentação dos funcionários e a restrição ao recrutamento, continuaremos a assistir ao agravamento da média etária dos funcionários.

QUADRO 17. Taxa de feminização 2007

ANO DE 2007		TAXA DE FEMINIZAÇÃO %			
Grupos de Pessoal	Homens	Mulheres	2005	2006	2007
Dirigente e Chefia ¹	10	7	31	30	70
Técnico Superior	21	10	54	42	32
Informática	3	1	33	25	25
Técnica	2	5	71	71	71
Técnico - Profissional	20	6	15	24	23
Administrativa ²	23	34	54	60	60
Operário	87	15	14	14	15
Auxiliar	113	32	23	21	22
Global	279	110			
Total de Funcionários	389				

Salienta-se a manutenção de taxas superiores em carreiras de nível técnico e administrativo, mantendo-se, no entanto, a tendência negativa em carreiras cuja predominância é tipicamente masculina (carreiras de pessoal operário e auxiliar).

GRÁFICO X. Taxa de Feminização – 2007

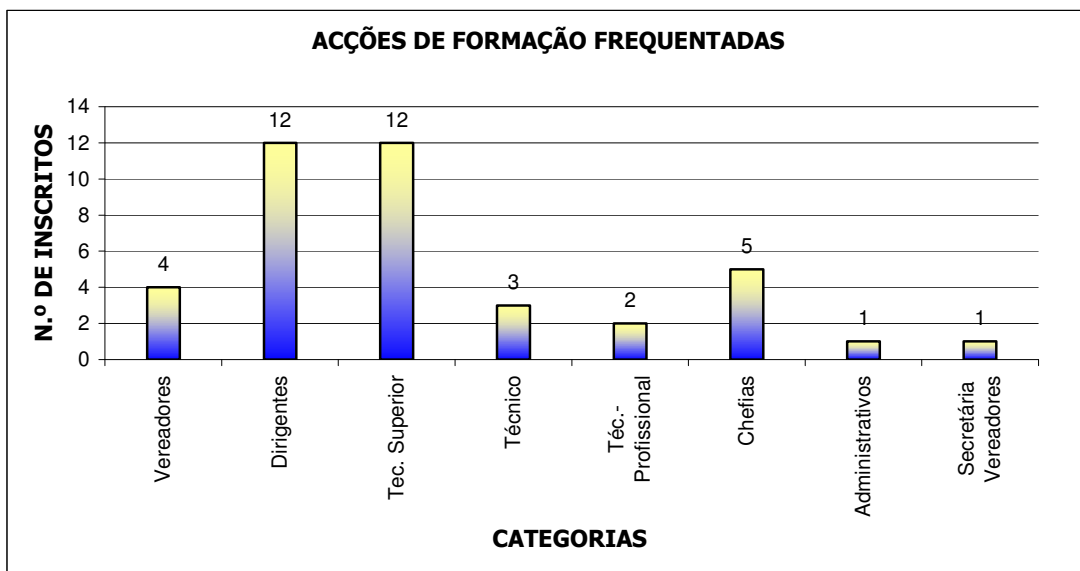
¹ Inclui dirigentes, eleitos locais e pessoal dos gabinetes de apoio.

² Inclui, também, pessoal de chefia (Chefes de Secção).

QUADRO 18. Síntese das acções de formação 2007

Área de Formação	Entidade Formadora	Designação	Acções de Formação				Custo de inscrição (€)
			N.º	Duração (hrs)	Nº de Participantes	Total de horas de formação	
Protocolo	IGAP- Instituto de Gestão e Administração Pública	Protocolo Autárquico	1	10	1	10	165,00
	IGAP- Instituto de Gestão e Administração Pública	Imagem e Protocolo	1	10	1	10	165,00
	IGAP- Instituto de Gestão e Administração Pública	Estratégias e Qualidade no Atendimento Público	1	24	1	24	295,00
Gestão e Administração	IGAP- Instituto de Gestão e Administração Pública	O QREN- Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013	1	7	3	21	360,00
Arrendamento Urbano	CEFA- Centro de Estudos e Formação Autárquica	Novo Regime de Arrendamento Urbano	1	7	3	21	150,00
Turismo	ADETURN- Turismo do Norte de Portugal	Gestão de Informação Turística	1	91	2	182	0,00
Registo de Estrangeiros	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	Registo de Cidadãos Comunitários	1	7	2	14	0,00
Direito	IGAP- Instituto de Gestão e Administração Pública	Regime Jurídico da Instalação e Funcionamento dos Estabelecimentos de Restauração ou de bebida	1	6	1	6	185,00
	IGAP- Instituto de Gestão e Administração Pública	O Novo Regime das Taxas das Autarquias Locais	1	4	2	8	150,00
	IGAP- Instituto de Gestão e Administração Pública	A Nova Lei das Finanças Locais	1	12	10	120	1.600,00
	IGAP- Instituto de Gestão e Administração Pública	O Novo Código dos Contratos Públicos	1	18	2	36	470,00
Tecnologias da Informação	Medidata	Aplicação de Gestão de Actas	1	7	10	70	400,00
	Medidata	A Fiscalização e Execuções Fiscais	1	21	7	147	1.452,00
	Medidata	Aplicação de Gestão de Frotas (Máquinas e Viaturas)	1	7	2	14	484,00
	Medidata	Obras e Urbanismo	1	35	13	455	0,00
	Câmara Municipal da Trofa	A Gestão de Informação na Era Digital	1	7	3	21	150,00
	IGAP- Instituto de Gestão e Administração Pública	Administração de Redes Locais	1	60	1	60	750,00
Desporto	Departamento de Expressões Artísticas e Educação Física	3º Seminário Internacional de Educação Física	1	7	1	7	35,00
Secretariado	IGAP- Instituto de Gestão e Administração Pública	Técnicas de Secretariado	1	24	1	24	350,00
Contabilidade	Abílio Marques, Lda	O IVA nas Autarquias	1	6	3	18	450,00
	IGAP- Instituto de Gestão e Administração Pública	A Contabilidade de Custos no POCAL	1	21	5	105	1.375,00
Arquivo	Associação de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas	Avaliação e Selecção Documental e Jornada	2	14	1	28	80,00
Áreas Diversas	CEFA- Centro de Estudos e Formação Autárquica	Curso de Formação Profissional para estagiários das Carreiras Técnica Superior e Técnica	1	120	3	360	3.150,00
Serviço Social	Casa da Criança Mirandesa	Educar Crianças e Jovens em Perigo	1	7	3	21	36,00
Total Global			25	532	81	1.782	12.252,00

GRÁFICO XI. Acções de Formação Frequentadas - 2007



6. GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2008

As Grandes Opções do Plano conjuntamente com o Orçamento constituem os documentos previsionais obrigatórios a elaborar pelas Autarquias Locais.

Nas Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Bragança estão definidas as linhas de desenvolvimento estratégico, incluindo designadamente o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Actividades Municipal que contempla as actividades mais relevantes da administração autárquica.

Estes documentos reflectem as prioridades definidas com base nos recursos disponíveis, pretendendo-se ajustar as realizações, sob a forma de objectivos específicos, às necessidades sócio-económicas da população concelhia.

O quadro seguinte apresenta resumidamente a evolução das Grandes Opções do Plano no período 2007-2008

QUADRO 19. Resumo das Grandes Opções do Plano no período 2007-2008

Descrição	Grandes Opções do Plano (GOP'S)								
	Plano Plurianual de Investimentos (PPI)			Plano Plurianual de Actividades Municipal (PAM)			Dotações Iniciais (GOP'S)		Var. %
	Dotações Iniciais		Var. %	Dotações Iniciais		Var. %	2007	2008	
	2007	2008		2007	2008				
Funções Gerais	924.000	906.500	-1,89%	75.000	45.000	-40,00%	999.000	951.500	-4,75%
Serviços gerais de administração pública	918.500	903.500	-1,63%	0	0	0,00%	918.500	903.500	-1,63%
Segurança e ordem públicas	5.500	3.000	-45,45%	75.000	45.000	-40,00%	80.500	48.000	-40,37%
Funções Sociais	12.094.900	10.776.000	-10,90%	1.417.900	1.382.200	-2,52%	13.512.800	12.158.200	-10,02%
Educação	944.700	640.500	-32,20%	475.700	75.500	-84,13%	1.420.400	716.000	-49,59%
Saúde	1.767.300	1.500.500	-15,10%	0	0	0,00%	1.767.300	1.500.500	-15,10%
Segurança e acção sociais	0	0	0,00%	165.000	360.000	118,18%	165.000	360.000	118,18%
Habituação e serviços colectivos	6.580.300	7.032.000	6,86%	195.500	281.700	44,09%	6.775.800	7.313.700	7,94%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	2.802.600	1.603.000	-42,80%	581.700	665.000	14,32%	3.384.300	2.268.000	-32,98%
Funções Económicas	3.776.900	4.427.000	17,21%	57.000	67.000	17,54%	3.833.900	4.494.000	17,22%
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	1.000	5.000	400,00%	1.000	1.000	0,00%	2.000	6.000	200,00%
Indústria e energia	1.000.000	1.365.500	36,55%	25.000	30.000	20,00%	1.025.000	1.395.500	36,15%
Transportes e comunicações	2.602.500	2.956.500	13,60%	5.000	5.000	0,00%	2.607.500	2.961.500	13,58%
Comércio e Turismo	173.400	100.000	-42,33%	26.000	31.000	19,23%	199.400	131.000	-34,30%
TOTAL	16.795.800	16.109.500	-4,09%	1.549.900	1.494.200	-3,59%	18.345.700	17.603.700	-4,04%

O valor global das Grandes Opções do Plano para o ano de 2008 atinge o valor de 17.603.700 euros, dos quais 16.109.500 euros referem-se ao Plano Plurianual de Investimentos e 1.494.200 euros ao conjunto das acções consideradas como relevantes e que cuja despesa efectuada, como base em normativos estabelecidos no POCAL, não é considerada de investimento.

6.1. Plano Plurianual de Investimentos

O Plano Plurianual de Investimentos para 2008, doravante designado por PPI para 2008, é um documento previsional consubstanciado nas Grandes Opções do Plano.

O Plano Plurianual de Investimentos, elaborado para um horizonte móvel de 4 anos, na sua estrutura e conteúdo, descreve todos os projectos ou acções que se pretendem realizar no âmbito dos objectivos estabelecidos para o Município, identificando a classificação económica devidamente desagregada, a forma de realização de cada projecto ou acção, a fonte de financiamento de cada projecto ou acção a executar com financiamento externo à própria autarquia, as datas de início e fim dos projectos e acções e, ainda, se se trata de financiamento definido ou não definido. Assim, transforma-se no instrumento de compromisso político que permite, quer aos destinatários finais da actividade autárquica, quer aos órgãos executivo e deliberativo, avaliar o cumprimento desses mesmos compromissos.

Na sua elaboração incluíram-se os compromissos assumidos (estimativa), com fornecedores e empreiteiros, em anos anteriores, e não finalizados até ao término do ano de 2007. Constam, também, projectos que, na sua maioria, beneficiam de apoios financeiros já aprovados. As verbas afectas aos que se encontram em fase de aprovação e consequente homologação por parte do membro do governo responsável são indicadas, no PPI para 2008, na coluna "financiamento não definido". Tais verbas ascendem a 5.055.000 euros.

O Quadro seguinte estabelece a composição do PPI para 2008, reflectindo a despesa associada à realização de cada um dos projectos ou acções. As diversas áreas de intervenção concentram-se em três grandes rubricas: as funções gerais, as funções sociais e as funções económicas. Nestas, estão previstas intervenções, já com financiamento definido, que ascendem a 16.109.500 euros.

QUADRO 20. Plano Plurianual de Investimentos para 2008 - Resumo

Código Obj./Prog.	Designação das rubricas	Valor do Investimento	% dentro do Obj./prog	% em relação ao total PPI
1	Funções gerais	906.500	100,00%	5,63%
1.1.	Serviços gerais de administração pública	903.500	99,67%	5,61%
1.1.1	Administração geral	903.500	99,67%	5,61%
1.1.1.1	Edifícios	161.000	17,76%	1,00%
1.1.1.2	Material de transporte	255.000	28,13%	1,58%
1.1.1.3	Maquinaria e equipamento	487.500	53,78%	3,03%
1.2.	Segurança e ordem pública	3.000	0,33%	0,02%
1.2.1	Protecção civil e luta contra incêndios	3.000	0,33%	0,02%
1.2.1.1	Bombeiros	0	0,00%	0,00%
1.2.1.2	Segurança pública	3.000	0,33%	0,02%
2	Funções sociais	10.776.000	100,00%	66,89%
2.1.	Educação	640.500	5,94%	3,98%
2.1.1	Ensino não superior	640.500	5,94%	3,98%
2.1.1.1	Ensino Pré-escolar	25.500	0,24%	0,16%
2.1.1.2	Ensino Básico	615.000	5,71%	3,82%
2.1.1.3	Educação de adultos	0	0,00%	0,00%
2.2.	Saúde	1.500.500	13,92%	9,31%
2.2.1	Serviços Individuais de Saúde	1.500.500	13,92%	9,31%
2.3.	Segurança e Acção Sociais	0	0,00%	0,00%
2.3.2	Acção social	0	0,00%	0,00%
2.4.	Habituação e serviços colectivos	7.032.000	65,26%	43,65%
2.4.1	Habituação	1.043.000	9,68%	6,47%
2.4.2	Ordenamento do Território	4.483.000	41,60%	27,83%
2.4.2.1	Planeamento Urbanístico	241.000	2,24%	1,50%
2.4.2.2	Urbanização	4.242.000	39,37%	26,33%
2.4.3	Saneamento	932.500	8,65%	5,79%
2.4.4	Abastecimento de água	322.000	2,99%	2,00%
2.4.5	Resíduos sólidos	6.000	0,06%	0,04%
2.4.6	Protecção do meio amb. e conserv. da natureza	245.500	2,28%	1,52%
2.4.6.1	Higiene pública	0	0,00%	0,00%
2.4.6.2	Cemitérios	50.000	0,46%	0,31%
2.4.6.3	Meio Ambiente	195.500	1,81%	1,21%
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	1.603.000	14,88%	9,95%
2.5.1	Cultura	1.205.000	11,18%	7,48%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	398.000	3,69%	2,47%
3	Funções económicas	4.427.000	100,00%	27,48%
3.1.	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	5.000	0,11%	0,03%
3.2.	Indústria e energia	1.365.500	30,84%	8,48%
3.2.1	Iluminação pública	200.000	4,52%	1,24%
3.2.2	Energia	160.500	3,63%	1,00%
3.2.3	Estabelecimentos Industriais	1.005.000	22,70%	6,24%
3.3.	Transportes e Comunicações	2.956.500	66,78%	18,35%
3.3.1	Transportes rodoviários	1.601.500	36,18%	9,94%
3.3.1.1	Rede viária e sinalização	1.540.500	34,80%	9,56%
3.3.1.2	Estacionamento	61.000	1,38%	0,38%
3.3.2	Transportes aéreos	1.355.000	30,61%	8,41%
3.4.	Comércio e turismo	100.000	2,26%	0,62%
3.4.1	Mercados e feiras	40.000	0,90%	0,25%
3.4.2	Turismo	60.000	1,36%	0,37%
TOTAL		16.109.500	100,00%	100,00%

Para as **funções gerais** estão previstos 906.500 euros, correspondentes a 5,63% do investimento, distribuídos pelos subprogramas *edifícios, material de transporte, maquinaria e equipamento e segurança pública*.

As **funções sociais** estão dotadas com 10.776.000 euros, correspondendo a 66,89% do investimento total. Nestas, estão incluídas áreas de intervenção na *educação pré-escolar, ensino básico, serviços individuais de saúde, habitação, planeamento urbanístico, urbanização, saneamento, abastecimento de água, resíduos sólidos, higiene pública, cemitérios, meio ambiente, cultura e desporto, recreio e lazer*.

O objectivo de **funções económicas** está dotado com 4.427.000 euros, o que corresponde a 27,48% do PPI para 2008. Estão contempladas importantes intervenções ao nível das áreas de *iluminação pública, energia, estabelecimentos industriais, rede viária e sinalização, estacionamento e turismo*.

Do conjunto dos programas de investimento, representativos das áreas de actuação do Município, destacam-se pela expressão que assumem nas despesas de capital os seguintes:

- **Saúde**, com dotações orçamentais no valor de 1.500.500 euros, representa 9,31% do total dos programas, comportando quase na totalidade as despesas com a construção do Centro de Saúde de Santa Maria (Bragança II);
- **Habitação e serviços colectivos**, que absorve cerca de 7.032.000 euros (43,65%);
- **Serviços culturais, recreativos e religiosos**, dotada com cerca de 1.603.000 euros, que correspondem a 6,94% da despesa de capital do PPI para 2007;
- **Transportes e comunicações**, onde se orçamentam 2.956.500 euros (18,35%);
- De realçar ainda o programa **Ensino Básico**, onde foram inscritas dotações na ordem de 615.000 euros, sendo que 500.000 euros são destinados à construção de Centros Escolares e de 50.000 euros, para a finalização da construção do Centro de Ciência Viva/Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental;

Relativamente aos programas com expressão orçamental, são fixadas para 2008 as seguintes dotações:

- 1.500.000 Euros para o programa Serviços Individuais de Saúde com a construção do Centro de Saúde de St^a Maria, representando 100% da despesa total afectada à Saúde;

- 1.800.000 euros para a construção da Circular interior da Avenida Cidade de Zamora à Zona Industrial, Repavimentação dos Bairros da Cidade com a dotação de 750.000 euros e Execução de Infra-Estruturas do Loteamento de S.Tiago – 1ª Fase, representando respectivamente 40,02%, 16,67% e 12,27% da despesa total afectada ao Ordenamento do Território;
- 650.000 euros para a execução de redes de infra-estruturas de saneamento nas aldeias de Sanceriz, Sendas, Fermentãos, Veigas de Quintela e Pombares, representando 69,71% da despesa total afectada ao Saneamento;
- 1.050.000 euros para o Centro de Arte Contemporânea de Bragança, representando 87,14% da despesa total afectada à Cultura;
- 700.000 euros destinados à construção de infra-estruturas na Zona Industrial de Mós, com 51,26% das verbas destinadas à Indústria e Energia;
- 985.000 euros para a instalação da Estação Automática e Meteorológica e V.O.R/D.M.E., representando 33,32% das verbas destinadas aos Transportes e Comunicações

6.2. Plano de Actividades Municipal mais relevantes da gestão autárquica para o ano 2008

A par da preparação do PPI e constituindo, também este, a definição das linhas de desenvolvimento estratégico desta autarquia, encontra-se o Plano de Actividades Municipal (PAM) para 2008. Este evidencia, em termos de grandes opções do plano, as transferências financeiras que se farão para outras entidades para esse ano, com reflexo nos três anos subsequentes.

QUADRO 21. Plano de Actividades Municipal para 2008 – Resumo

Código Obj./Prog.	Designação das rubricas	Valor do Investimento	% dentro do Obj./prog	% em relação ao total PPI
1	<i>Funções gerais</i>	45.000	100,00%	3,01%
1.1.	Serviços gerais de administração pública	0	0,00%	0,00%
1.1.1	Administração geral	0	0,00%	0,00%
1.1.1.1	Edifícios	0	0,00%	0,00%
1.1.1.2	Material de transporte	0	0,00%	0,00%
1.1.1.3	Maquinaria e equipamento	0	0,00%	0,00%
1.2.	Segurança e ordem pública	45.000	100,00%	3,01%
1.2.1	Proteccção civil e luta contra incêndios	45.000	100,00%	3,01%
1.2.1.1	Bombeiros	45.000	100,00%	3,01%
1.2.1.2	Segurança pública	0	0,00%	0,00%
2	<i>Funções sociais</i>	1.382.200	100,00%	92,50%
2.1.	Educação	75.500	5,46%	5,05%
2.1.1	Ensino não superior	75.500	5,46%	5,05%
2.1.1.1	Ensino Pré-escolar	0	0,00%	0,00%
2.1.1.2	Ensino Básico	75.000	5,43%	5,02%
2.1.1.3	Educação de adultos	500	0,04%	0,03%
2.2.	Saúde	0	0,00%	0,00%
2.2.1	Serviços Individuais de Saúde	0	0,00%	0,00%
2.3.	Segurança e Acção Sociais	360.000	26,05%	24,09%
2.3.2	Acção social	360.000	26,05%	24,09%
2.4.	Habitação e serviços colectivos	281.700	20,38%	18,85%
2.4.1	Habitação	105.000	7,60%	7,03%
2.4.2	Ordenamento do Território	37.000	2,68%	2,48%
2.4.2.1	Planeamento Urbanístico	0	0,00%	0,00%
2.4.2.2	Urbanização	37.000	2,68%	2,48%
2.4.3	Saneamento	0	0,00%	0,00%
2.4.4	Abastecimento de água	0	0,00%	0,00%
2.4.5	Resíduos sólidos	0	0,00%	0,00%
2.4.6	Proteccção do meio amb. e conserv. da natureza	139.700	10,11%	9,35%
2.4.6.1	Higiene pública	75.000	5,43%	5,02%
2.4.6.2	Cemitérios	20.000	1,45%	1,34%
2.4.6.3	Meio Ambiente	44.700	3,23%	2,99%
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	665.000	48,11%	44,51%
2.5.1	Cultura	265.000	19,17%	17,74%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	400.000	28,94%	26,77%
3	<i>Funções económicas</i>	67.000	100,00%	4,48%
3.1.	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	1.000	1,49%	0,07%
3.2.	Indústria e energia	30.000	44,78%	2,01%
3.2.1	Iluminação pública	0	0,00%	0,00%
3.2.2	Energia	0	0,00%	0,00%
3.2.3	Estabelecimentos Industriais	30.000	44,78%	2,01%
3.3.	Transportes e Comunicações	5.000	7,46%	0,33%
3.3.1	Transportes rodoviários	5.000	7,46%	0,33%
3.3.1.1	Rede viária e sinalização	5.000	7,46%	0,33%
3.3.1.2	Estacionamento	0	0,00%	0,00%
3.3.2	Transportes aéreos	0	0,00%	0,00%
3.4.	Comércio e turismo	31.000	46,27%	2,07%
3.4.1	Mercados e feiras	25.000	37,31%	1,67%
3.4.2	Turismo	6.000	8,96%	0,40%
TOTAL		1.494.200	100,00%	100,00%

O fluxo financeiro líquido para o conjunto das actividades, a fomentar pela autarquia e padronizadas como sendo as mais relevantes, constituem uma previsão de financiamento definido no valor de 1.494.200 euros.

Visando sempre uma crescente disciplina orçamental, as dotações (de capital ou correntes) inerentes à formação de compromissos, anteriormente assumidos no âmbito das parcerias já contratadas, entre o Município e a administração (central e local), as instituições sem fins lucrativos e as famílias preconiza-se com o apoio dado:

- No subprograma *segurança e ordem públicas*: à construção e conservação dos quartéis dos bombeiros de Izeda e Bragança;
- No *sector do ensino básico*: à aquisição do equipamento para o Centro de Ciência Viva;
- No *sector da acção social*: à reabilitação das habitações de famílias carenciadas, à construção de centros de convívio, à construção de centros de dia e lares da terceira idade, bem como no apoio destinado à construção de centros sociais e paroquiais;
- No sector da *habitação*: assumem-se encargos com a construção de sedes de junta de freguesia;
- No sector da *urbanização*: apoio à requalificação dos largos das aldeias;
- No subprograma *protecção do meio ambiente e conservação da natureza*: a construção do canil intermunicipal em Vimioso, acção de obras de beneficiação em vários cemitérios e apoio aos projectos de recuperação das antigas áreas mineiras da Ribeira e Montesinho;
- No subprograma *serviços culturais, recreativos e religiosos*: ao desenvolvimento das actividades promovidas pelas Associações culturais, recreativas e desportivas e à construção e ou beneficiação dos seus equipamentos colectivos;
- No sector dos *estabelecimentos industriais*: à execução de infra-estruturas na zona industrial de Rossas.
- Assinala-se, ainda, o apoio atribuído à realização de feiras e certames no Comércio e Turismo.

7. EXPLICITAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

1. Funções Gerais

1.1. Serviços Gerais de Administração Pública

1.1.1. Administração Geral

1.1.1.1.1. Edifícios

Dispor de área tão significativa no centro administrativo da cidade, significa dispor de uma grande liberdade no sentido de equacionar soluções de requalificação urbanística, que poderão recorrer a soluções de antecipação de recursos capazes de assegurar de conjugar um duplo objectivo, o da construção de instalações novas para a sede do município e serviços de apoio e o aproveitamento de área sobrance para outras funções urbanas, podendo entre outros figuras de financiamento, ser utilizada a figura das parcerias público privadas.

Para além dos trabalhos correntes de conservação e manutenção das instalações municipais, terminadas as obras de beneficiação dos armazéns com vista a uma gestão centralizada e integrada, e em fase de conclusão, a substituição das caixilharias no edifício do departamento dos serviços municipais será uma prioridade, para daremos continuidade ao processo com vista a garantir as melhores condições de trabalho aos funcionários.

Na sequência dos trabalhos realizados no ano anterior, com a requalificação de alguns espaços institucionais, nomeadamente o Auditório Paulo Quintela, daremos continuidade a este processo, com a concretização da instalação do Arquivo Municipal, tendo já iniciado parcialmente a instalação de estanteamento e transferência de parte significativa do espólio existente no edifício principal, seguindo-se a fase de reestruturação e adaptação de espaços e acessibilidades e instalação de mobiliário para os serviços correntes e para o atendimento e consulta ao espólio existente. Daremos início à intervenção de requalificação e adaptação das antigas instalações da sede do Banco de Portugal, e do Gabinete Técnico Local, numa primeira fase, ao nível da substituição da caixilharia existente e reparação dos vãos interiores e numa segunda fase, na reestruturação das infra estruturas e reorganização espacial do edifício, de forma a receber durante o ano de 2008 a Sede em Portugal da Fundação Rei Afonso Henriques.

Não se tendo concretizado ainda a reorganização das forças de segurança, mantemos o propósito de reestruturar espacialmente os serviços da autarquia, transferindo para o espaço actualmente ocupado pela Brigada Fiscal, algumas secções, libertando desta forma parte do edifício principal, reorganizar funcionalmente os restantes serviços e criando outros que estão previstos na orgânica funcional da autarquia, nomeadamente o Gabinete de Segurança e Protecção Civil, o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia e disponibilizar um gabinete para os vereadores do executivo que não possuem pelouro. O

projecto de um novo edifício para os serviços do município, deixou pois de ser uma prioridade, enquanto não for assegurada a construção e beneficiação das instalações da GNR e consequente acolhimento da Brigada Fiscal e resolvidas outras necessidades de investimento prioritárias.

1.1.1.2. Material de Transporte

Concretizado no ano de 2007 o estudo de avaliação do sistema de transportes urbanos mediante a contratação de serviços especializados, foram tomadas já um conjunto de medidas no sentido de reduzir custos de exploração, aumentar receitas, melhorar o serviço público de transportes. Para tal foram reorganizados percursos, horários, tendo alguns sido eliminados, após constatar que os autocarros circulavam praticamente sem passageiros, tendo para essas situações, sido efectuados inquéritos directos para avaliação específica de eventuais impactos negativos, noutros, os ajustamentos justificaram-se no sentido de servir melhor os alunos e adequar à evolução dos horários de trabalho que nos últimos anos evoluíram, enquanto que os horários dos transportes se mantinham desde que criados, alguns há mais de duas décadas.

A frota actual dos transportes urbanos e de turismo, tem a seguinte constituição e é assim caracterizada:

1 – Serviço de Transportes Urbanos de Bragança (STUB)

A frota do STUB é composta por 18 autocarros, com uma capacidade média de transporte de 49 lugares, sendo a idade média da frota é de 11,8 anos. Dez autocarros foram adquiridos na última década, razão porque a idade média não é elevada, no entanto temos alguns autocarros com idade muito elevada, por no período de 1990/1997, só ter sido adquirido um autocarro.

Caracterização da Frota do STUB			
Marca	N.º Lugares	Mês da Compra	Anos em
			Nov-07
M.A.N.	40	Abr-03	4,6
M.A.N.	40	Abr-03	4,6
M.A.N.	40	Abr-03	4,6
M.A.N.	40	Abr-03	4,6
M.A.N.	47	Ago-00	7,3
T.MinCost.	34	Dez-84	22,9
T.MinCost.	34	Dez-84	22,9
T.MinCost.	34	Dez-84	22,9
T.MinCost.	34	Dez-84	22,9
Volvo B10	100	Fev-88	19,8
Volvo B10	100	Fev-88	19,8

Volvo B10	100	Jul-88	19,3
M.A.N.	47	Ago-00	7,3
Volvo B6	66	Mai-96	11,5
Volvo B6	66	Jan-98	9,8
Gulliver	20	Abr-05	2,6
Gulliver	20	Abr-05	2,6
Gulliver	20	Abr-05	2,6
Média =	49	Idade Média =	11,8

No ano de 2006, o STUB efectuou 455.618 Quilómetros e transportou cerca de 500.000 passageiros nas 12 linhas diárias e 4 linhas semanais.

2 – Serviço de Transportes de Turismo

A frota afecta ao serviço de transporte de turismo é composta por dois autocarros, com uma capacidade média de 40 lugares, sendo a idade média da frota de 8,5 anos.

FROTA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE TURISMO			
Marca	N.º Lugares	Mês da Compra	Anos em
			Nov-07
VOLVO	51	Jan-98	9,8
M.A.N.	28	Jul-00	7,3
Média =	40	Idade Média =	8,5

Durante o período, entre Janeiro e Agosto do presente ano, o serviço de transporte de turismo efectuou 122 viagens, transportou 3.986 passageiros percorrendo 41.188 Quilómetros.

Os dois veículos estão licenciados para o transporte de crianças em conformidade com a Lei n.º13/2006 e foram ainda formados 4 motoristas na área do transporte colectivo de crianças.

A nível dos transportes urbanos contratou-se um estudo tendo em vista a melhoria e reestruturação do sector em todo o concelho, de forma a equacionarmos os meios e recursos necessários, para melhor servir os cidadãos, dado serem estes o principal objectivo da nossa governação. No seguimento das orientações do estudo já referido, pretendemos melhorar a frota de transportes urbanos com a aquisição

de três veículos de média capacidade e um veículo de pequena capacidade, vocacionados para o transporte urbano de passageiros, com melhores condições de acessibilidade e conforto para os utentes.

Pretende-se iniciar o procedimento de contratação de três novos autocarros e uma carrinha de pequena capacidade, de modo a que entrem ao serviço até ao final do mês de Maio de 2008, ocorrendo o pagamento em 18 meses.

No âmbito da renovação corrente da frota de ligeiros, prevê-se a aquisição até três veículos, conforme as necessidades mais urgentes. Previa-se que fosse possível proceder à aquisição de um camião pesado para renovação da frota, no entanto as limitações nas receitas obrigam a que este objectivo seja adiado por não ser tão prioritário com a renovação da frota STUB.

Ao nível ambiental, após a experiência em cursos com os autocarros eléctricos, continuaremos a fazer uma aposta em energias menos poluentes, pelo que no final do primeiro trimestre de 2008, toda a frota do município, que actualmente funciona a gasóleo, passará a funcionar a Biodiesel (B20) completando assim um ciclo de experiências desenvolvidas durante o ano de 2007. A nível de veículos com funcionamento a gasolina, iniciaremos a substituição para veículos híbridos, tendo como objectivo promover o uso de energias alternativas e diminuir a dependência existente dos combustíveis fósseis.

No âmbito da certificação do Serviço Transportes Urbanos de Bragança está previsto a realização de um concurso para a aquisição de um sistema de lavagem automática de chassis com decantação e tratamento biológico da água que vai permitir poupar este recurso.

Esta também em fase de conclusão um estudo para reestruturação do sector de oficina, com o objectivo de minimizar desperdícios e aumentar a eficácia do sector.

Dar-se-á continuidade ao reforço da frota de veículos pesados do município com a aquisição de um veículo desobstrutor de colectores, com o objectivo de manter num elevado estado de conservação da rede de colectores na área urbana e rural, evitando deste modo a contratação deste tipo de serviços.

Tem sido no sector dos transportes urbanos, que, nos últimos anos, se registou um maior investimento em aquisição de viaturas, resultado de uma política de reforço e melhoria de garantia de mobilidade aos cidadãos do concelho. Bragança é hoje referida a nível nacional como um dos melhores exemplos a nível de serviço e infra-estruturas de transportes, para o qual muito contribuem a moderna estação rodoviária, os parques de estacionamento e os transportes urbanos, sendo de realçar tratar-se de uma das quatro cidades portuguesas possuidoras de autocarros eléctricos, não poluentes, defensores do ambiente e da qualidade de vida dos cidadãos.

1.1.1.3. Maquinaria e Equipamento diverso

Pretende-se no ano de 2008, realizar algum investimento de reestruturação na frota do município, alienando ou abatendo alguns dos equipamentos em elevado estado de desgaste, motivado essencialmente pela idade e serviços efectuados, estimamos a aquisição de alguns equipamentos considerados fundamentais para melhorar o funcionamento dos serviços e economizar recursos nos trabalhos correntes e necessários ao cumprimento de objectivos de gestão, assim como a aquisição de mais um tractor equipado com destroçador para limpeza de bermas e apoio às juntas de freguesia, e uma retro escavadora para substituir a existente na equipa de conservação de vias.

Assim procederemos à aquisição de dois veículos ligeiros híbridas um de apoio ao executivo e outro para a Divisão da Defesa de Ambiente, um veículo ligeiro de mercadorias para substituir o existente na equipa de conservação de edifícios o qual não justifica a sua reparação, um pesado de mercadorias para renovar a frota do sector de equipamento.

Iniciar-se-ão os procedimentos com vista à aquisição de uma máquina escavadora giratória, útil para os trabalhos de administração directa relacionados com a abertura de novas estradas e alargamento de outras bem como trabalhos diversos de apoio as freguesias, podendo esta máquina substituir em muitos trabalhos uma pá carregadora e uma caterpillar, com evidente economia em termos de recursos humanos de consumo de combustível.

Ao nível do sistema de gestão de frota, possuímos actualmente um sistema de fornece mensalmente toda a informação referente às viaturas (rotas, condutores, médias, serviços, consumos, etc). Pretendemos para o ano de 2008 a implementação de um sistema de gestão mais moderno (GPS), equipamento já contratado, permitindo assim, em tempo real a localização dos equipamentos, apoiar os operadores controlar consumos, abastecimentos e manutenções permitindo reduzir desvios e assegurar um melhor desempenho da frota e dos operadores, aumentando a operacionalidade e disponibilidade da frota.

Tem-se verificado um aumento exponencial nos gastos de telecomunicações da CMB (telefones fixo e telemóveis). A causa principal do aumento verificado é o crescente número de chamadas efectuadas para telemóveis. Trata-se de uma evolução natural na forma de comunicar que tem tendência a aumentar. Por outro lado, a descentralização dos serviços com a entrada em funcionamento de novos equipamentos (P. Exp. Piscinas, ERB, Teatro, Teatro, Casa da Cultura e Biblioteca) veio agravar a situação.

As evoluções tecnológicas na aérea das telecomunicações permitem-nos arranjar formas de minimizar os gastos em telecomunicações. Para tal, será necessário:

- 1 Substituir a nossa central telefónica por uma da última geração que permite gerir automaticamente as chamadas para o operador com melhores preços em função do destino e da hora da chamada.
- 2 Adaptar as infra-estruturas existentes nos novos edifícios;
- 3 Adaptar o actual sistema de comunicação informática entre os vários edifícios da CMB.

As simulações efectuadas apontam para uma redução mensal da facturação em telecomunicações da ordem dos 40 % (cerca de 2.000,00€).

A instalação de novo sistema de comunicação informática poderá suportar a transmissão on-line de vídeo (imagens em tempo real), assim, poderá ser ponderado a vigilância de algumas instalações à distância de um ponto central de vigilância. Estaremos em condições de reduzir a nossa factura com a segurança das instalações.

GRÁFICO XII. Custos das Comunicações móveis (2002/2006)

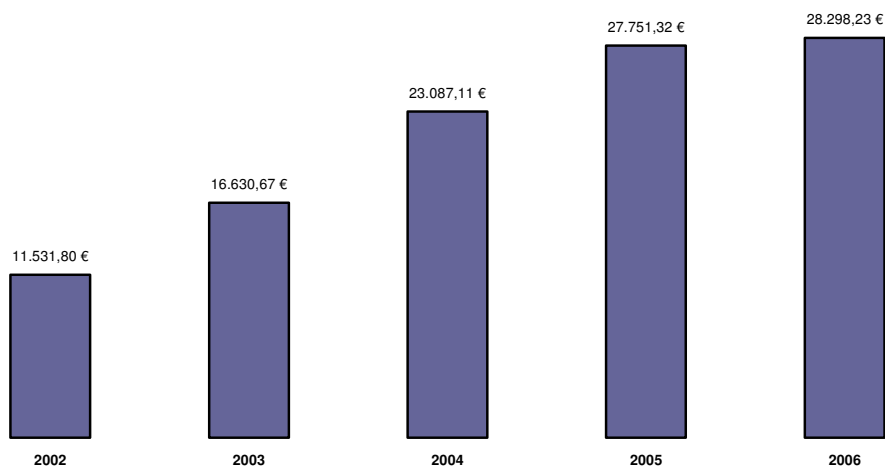
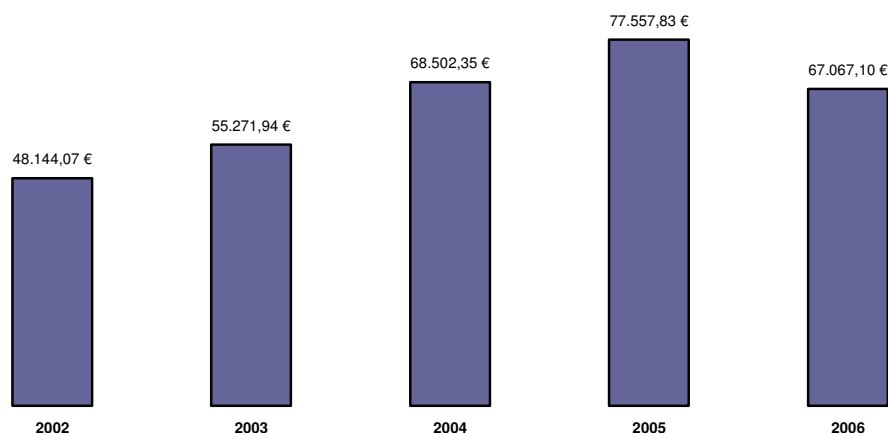


GRÁFICO XIII. Custos das Comunicações fixas (2002/2006)**1.2. Segurança e Ordem Públicas****1.2.1. Protecção Civil e luta contra incêndios****1.2.1.1. Bombeiros**

Sabemos ser necessário e até prioritário fazer algum investimento na área envolvente ao edifício dos Bombeiros Voluntários de Izeda. Assim, com a conclusão do estudo urbanístico da área envolvente ao quartel de Bombeiros, estaremos em condições de equacionar a possibilidade de investimento faseado e conforme a evolução que venha a ocorrer em termos de receitas do município, de forma a podermos concretizar este processo e assegurar a melhoria das condições da envolvente e acessos, tal como ocorreu com no quartel do Bombeiros de Bragança.

À semelhança de anos anteriores ambas as Associações serão apoiadas com verbas significativas, para fazer face a despesas correntes de funcionamento, pagamento de pessoal permanente, seguros de pessoal e seguros de frota.

1.2.1.2. Segurança Pública

Nesta matéria não temos previstos investimentos desagregados com valores significativos, sendo certo que nas actividades em geral, por parte da Câmara Municipal, a segurança pública está na primeira das prioridades, associada às muitas decisões de investimento nas várias áreas de actuação da Câmara Municipal, bem como da permanente disponibilização de recursos financeiros, humanos e de equipamentos, tendo os recursos humanos afectos a esta situação evoluído durante o ano de 2007 (dois técnicos superiores estão já afectos a este sector).

2. Funções Sociais

2.1. Educação

Estando concluídos os projectos de reestruturação e ampliação das escolas do Ensino Básico da área rural e urbana, prevemos dar início às obras de uma forma faseada, com 1º concurso para as escolas das Beatas e Toural, 2º concurso para as escolas Artur Mirandela e Cantarias, 3º concurso para as restantes escolas – Formarigos, Mãe D'Água e Campo Redondo, para a área urbana e abertura de concurso para a execução da totalidade das obras de beneficiação nas escolas de acolhimento da área rural, sendo assim, previsto abrir quatro concursos de execução de obras durante o ano de 2008, se os financiamentos comunitários ocorrerem conforme aquilo que começa a ser conhecido para a área do ensino.

Em fase posterior, serão abertos os concursos para a construção de centros escolares. Está pois bem presente uma ordem de prioridade de intervenção que passa pela requalificação dos edifícios existentes e como prioridade seguinte a construção de novos edifícios, situação que poderá acontecer em prazo tanto mais curto quanto as verbas de apoio financeiro venham a ser disponibilizadas.

2.1.1. Ensino Não Superior

2.1.1.1. Educação Pré-Escolar

Nesta área, proceder-se-á a obras de conservação e melhoria das condições de funcionamento dos equipamentos de educação pré-escolar, nomeadamente a nível da componente social com apoio nos recursos humanos para ajustar as normas de funcionamento de modo a satisfazer as necessidades dos pais e encarregados de educação.

Nos últimos anos, foram feitas evoluções para garantir boas condições de funcionamento e bem-estar dos alunos, dos educadores de infância e auxiliares, tendo-se registado uma melhoria significativa nas instalações no Jardim de Infância de Rossas com a remodelação completa do espaço, aumentando a área da escola e a colocação de aquecimento e isolamento térmico, assim como a aquisição de material didáctico adequado para os Jardins de Infância da Estação e de Gimonde.

Continuar-se-á a aquisição de material didáctico de modo a substituir o existente que se encontra ultrapassado face as novas exigências deste nível de ensino.

2.1.1.2. Ensino Básico

Tendo em vista a implementação da “escola a tempo inteiro” e enquanto não se concretizam as obras de ampliação, remodelação do parque escolar, foram já instaladas pela autarquia, com as condições necessárias ao nível de espaço e ambiente (ar condicionado), 4 salas de aula pré-fabricadas na escola do Campo Redondo e 1 na escola dos Formarigos.

Com a entrada em funcionamento em 30 de Junho deste ano do Centro Ciência Viva, projecto integrado na Rede Nacional de Centros de Ciência Viva existentes no País, a oferta de um espaço dedicado às temáticas do Ambiente, Energia, Geologia e Astronomia – conteúdos interactivos disponibilizados no edifício principal e a Seda - conteúdo inserido na Casa da Seda, Bragança ganha mais um espaço de entretenimento alicerçado no conhecimento científico que permitirá, a toda a população uma abordagem séria mas divertida, destas temáticas, sensibilizando-as para as questões mais emergentes, que se destacam na sociedade actual – qualidade ambiental/qualidade de vida, sustentabilidade energética e energias renováveis, para além de disponibilizar um conhecimento mais próximo da realidade envolvente – fauna, flora e geologia.

Com a instalação do equipamento para a central mini-hídrica, elemento de componente essencialmente didáctica e de referencial à primeira central hidroeléctrica em funcionamento na cidade de Bragança, que permitirá também a produção de energia eléctrica a ser aproveitada para o consumo energético do próprio edifício, bem com a venda da produção excedente para a rede pública, ficarão reunidas neste dois espaços um conjunto de acções que contribuirão para enriquecimento cultural de todos.

Depois da homologação da Carta Educativa do Concelho e dos projectos de remodelação das escolas rurais de acolhimento e das escolas do 1º ciclo da área urbana, torna-se urgente prosseguir com as obras e avançar para a conclusão dos projectos relativos aos centros escolares, para garantir maior segurança e melhores condições.

A necessidade das escolas funcionarem em tempo inteiro acarreta mais responsabilidades e mais custos à C.M.B. nomeadamente a nível das refeições e consequentemente na aquisição de serviços de auxiliares que acompanhem os alunos nestas horas. Visto o elevado investimento e para que haja esta evolução, será necessário financiamento do Ministério responsável e, provavelmente, uma profunda reflexão sobre a actual situação dos equipamentos escolares na cidade de Bragança, de modo a poder rentabiliza-los de uma forma mais eficaz. No entanto e enquanto estes projectos não são concluídos, serão necessárias algumas remodelações/ melhoramentos em algumas escolas para que os alunos tenham, de imediato,

melhores condições, tal como aconteceu, neste ano, na escola EB1 da Mãe d'Água, na do Campo Redondo, na dos Formarigos e na Artur Mirandela.

Será, também, necessário proceder à renovação de algum mobiliário que se encontra envelhecido e apetrechar as escolas de material didáctico actual e apropriado aos novos tempos escolares e introduzir a última tecnologia de informação nas escolas do 1º ciclo como os quadros interactivos.

Pretendemos continuar a contribuir para um ensino de qualidade e mais participativo por parte de todos os agentes ligados à Escola, agrupamentos, pais / encarregados de educação e Ministério da Educação.

O Conselho Municipal de Educação será privilegiado como um espaço de trabalho, de reflexão, debate e partilha de opiniões e saberes que nos permitam com mais certeza, encontrar as soluções mais adequadas para os problemas educativos no concelho de Bragança.

Apesar da dificuldade existente com o novo modelo de ensino, "Escola a Tempo Inteiro", devido a plena ocupação dos alunos, pretendemos relançar os projectos " Assembleia Jovem", com os devidos ajustamentos, porque consideramos importante que os jovens conheçam o funcionamento e regras de eleição dos órgãos autárquicos, bem como o exercício do debate e reflexão dos problemas da escola e de temas da actualidade que contribuam para uma melhor formação para a cidadania e a Escola de Trânsito, local importante de aprendizagem da prevenção rodoviária.

Pensando, ainda, na formação e educação dos jovens, continuar-se-á o plano de divulgação das actividades, dirigidas ao público escolar, realizadas no Centro Cultural, no Teatro Municipal, no Museu Ibérico da Máscara e brevemente no Centro de Arte Contemporânea com visitas guiadas às exposições, espectáculos direccionados para este público, bem como divulgação de trabalhos efectuados nas escolas no CCB e na Biblioteca. Numa tentativa de oferecer as mesmas oportunidades aos alunos, iniciaremos, em colaboração com o TEB, algumas actividades ligadas à leitura, dramatização de contos, teatro de fantoches nas escolas do 1º ciclo da área rural, tentando, deste modo, incentivar os jovens para a leitura e possibilitar o contacto destes alunos ao acervo da Biblioteca Municipal de Bragança.

Na área sócio – educativa, continuaremos a desenvolver acções através da concessão de apoios (transportes, alimentação e material escolar) aos alunos carenciados do concelho. Os alunos deslocados das suas residências, devido à concentração de escolas, terão assegurado o transporte e a alimentação. Todos os alunos do 1º ciclo terão oportunidade de frequentar três actividades de enriquecimento curricular – Inglês, Educação Musical e Actividade Física e Desportiva.

2.1.1.3. Educação de Adultos

A educação de adultos, ensino especial e outros, continuará a ter do Município o necessário envolvimento em parcerias existentes, nomeadamente na integração de alunos/ estagiários dos Cursos de Educação e Formação e em estrita articulação com o Ministério da Educação, através dos serviços desconcentrados da DREN e Centro Educativo de Bragança.

Será mantido o apoio a outros projectos desenvolvidos pelas escolas do nosso concelho ao nível do 2º e 3º ciclos, ensino secundário e ensino superior, desenvolvendo esforços para que as necessidades que se façam sentir sejam colmatadas, apoiando as iniciativas que surjam nesse sentido, nomeadamente nos cursos EFA que têm surgido na área rural.

Continuaremos, também, a apoiar a Universidade Sénior, de modo a que o público visado tenha garantido uma ocupação diversificada e de qualidade.

2.2. Saúde

2.2.1. Serviços Individuais de Saúde

Para a construção do Centro de Saúde de Santa Maria – Bragança II, foi em 10 de Novembro de 2004, celebrado um Contrato Programa de cooperação técnica e financeira entre a ARS Norte e a Câmara Municipal de Bragança, processo homologado por Sua Excelência o Ministro da Saúde 10 de Novembro de 2004 com o objectivo de construção do Centro de Saúde de Bragança II e do Laboratório Distrital de Saúde Pública. O processo tem-se atrasado por falta de verbas por parte da Administração Central, tendo após definição de novo enquadramento temporal e financeiro, realizada a contratação dos trabalhos, prevendo-se a conclusão da 1ª Fase das obras (Centro de Saúde de Santa Maria II) para finais do ano de 2008, e lançado o concurso para a construção do CAT, durante o primeiro trimestre de 2008 e conclusão no final do primeiro semestre de 2009.

2.3. Segurança e Acções Sociais

2.3.2. Acção Social

Prevemos continuar o programa de apoio à construção de Centros de Convívio, iniciado 1997, que permitiu a construção de novo e/ou remodelação de 38 edifícios. Em 2008, prevemos continuar a investir melhorando as condições de utilização de alguns edifícios, salientando como principais investimentos a

realizar, a remodelação e ampliação da Casa do Povo de Izeda (projecto este que engloba a requalificação do Salão e construção de raiz de um edifício adjacente com espaços funcionais adequados às necessidades da população), e a construção do Centro de Convívio de Grijó de Parada.

Os problemas sociais constituem uma das nossas grandes preocupações, estando conscientes da urgência de um trabalho intenso no sentido de criar um concelho mais solidário, construindo e apoiando a construção de infra-estruturas necessárias ao reforço da coesão social.

As situações de exclusão social, o envelhecimento da população rural, a desertificação, os problemas sociais com que as famílias se deparam no quotidiano, acarretam uma pressão social permanente sobre os serviços sociais, que, aliada ao facto de se ter assumido a propriedade e gestão dos bairros de habitação social, traduzem uma maior responsabilidade e aumento de serviço, dificultando respostas rápidas e eficazes aos problemas com que os munícipes se deparam.

Reconhecendo a importância do trabalho em parceria para conseguir responder aos problemas sociais da população que são da responsabilidade de todas as forças interventoras da sociedade, manteremos a representação e colaboração na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, com a gestão do gabinete destinada exclusivamente à comissão, o apoio logístico e um técnico a tempo inteiro de modo a acompanhar e intervir nos casos sinalizados; no Núcleo Local de Inserção para intervenção em processos do Rendimento Social de Inserção e na Plataforma Supra Concelhia.

A Rede Social, centro de planeamento e execução de políticas sociais, encontra-se na fase de pós-implementação com o seu programa de acção em execução, assim como o Plano de Desenvolvimento Social 2007/2009, aprovado e em execução. Reforçaremos, nesta área o sistema de informação da Rede Social através da Internet.

Continuaremos a apoiar as Instituições Particulares de Solidariedade Social, no esforço que estas vêm desenvolvendo para que Bragança se assuma como concelho solidário.

No âmbito da acção social escolar, o município tem vindo a fazer um trabalho intenso no sentido de proporcionar as mesmas oportunidades a todas as crianças do concelho. Continuaremos a desenvolver acções através da concessão de apoios (transportes, alimentação e material escolar) aos alunos carenciados do concelho. Os alunos deslocados das suas residências, devido à concentração de escolas, terão assegurado o transporte e a alimentação.

2.4 Habitação e Serviços Colectivos

2.4.1 Habitação

Garantir o direito a uma habitação condigna a todos os cidadãos mais carenciados e que não usufruem de habitação com condições mínimas de habitabilidade, continuará a merecer da parte da autarquia o esforço no sentido de desenvolver acções e projectos que correspondam às necessidades identificadas no concelho. Será concluído durante o ano de 2008 o estudo de localização e implantação de uma estrutura urbana residencial que permitirá acolher um considerável número de famílias, minimizando os efeitos de exclusão social e reduzindo substancialmente, numa primeira fase, os “núcleos residenciais” de génese ilegal, dotando-os de infraestruturas e de habitação condigna e em fases subsequentes, de forma planeada e estruturada, criar a “miscigenação urbana”, de forma a construir cidade global, integrada e socialmente estável. Estaremos atentos à possibilidade de obtenção de apoios comunitários e outros para garantir a execução deste projecto.

Durante o ano de 2007, foram elaborados projectos de adaptação de várias escolas para Centros de Convívio, dando assim, continuidade ao apoio às Juntas de Freguesia na consolidação e preservação do património edificado e que por razões de encerramento por falta de alunos e de orientações da DREN, relativas à concentração de alunos, estavam sem utilização e que podem com esta nova função retomar um papel social.

Concluído o processo de recuperação de edifícios na Cidadela (recuperação das fachadas, coberturas e caixilharias), que obteve por parte dos proprietários uma aceitação e satisfação considerável, processo que contribuiu não só como uma grande benefício para os proprietários mas foi determinante para a requalificação do conjunto edificado e conseqüentemente de melhor imagem da Cidadela que a par da recuperação dos edifícios para instalação do Museu Ibérico da Máscara e do Traje e do Posto de Turismo incrementaram o número de visitantes a este espaço, aumentando a auto-estima e orgulho dos cidadãos locais em particular e de toda a cidade em geral.

Durante o ano de 2007, destaque também para a requalificação efectuada na rua Abílio Beça com a intervenção de requalificação de edifícios emblemáticos, que voltaram a desempenhar um papel importante para a cidade, (edifício da Junta de Freguesia de Santa Maria, edifício para sede da ACISB e Região de Turismo) e com a conclusão da adaptação e ampliação do edifício da ex- agência do Banco de Portugal, antigo Solar Sá Vargas, que receberá até ao final do ano o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, apresentando grande parte do seu património artístico e exposição de obras artistas consagrados.

Continuaremos a apoiar as famílias carenciadas, através de financiamento ou cedência de materiais para obras de beneficiação e higienização da habitação.

Estaremos atentos ao problema da erradicação de barracas na cidade, promovendo soluções de apoio à deslocação desses residentes para locais com melhores condições de habitabilidade, nomeadamente com realojamentos em fogos vagos nos bairros sociais e que estão a ser intervencionados para garantir as condições adequadas de habitabilidade.

No âmbito dos Bairros Sociais, daremos continuidade ao processo de regularização de dívidas, de actualização de rendas, aumentando ou diminuindo, conforme os rendimentos familiares, viusto este trabalho nunca ter sido realizado, o que provoca algumas injustiças que os moradores pretendem ver resolvidas.

Em 2007 estarão criadas as condições necessárias para a venda de habitações nos Bairros Sociais aos inquilinos que pretendam adquiri-las (foram já feitos inquéritos, estando a situação avaliada), constituindo desta forma receita financeira para o projecto de construção ou compra de mais habitações sociais.

Na área da habitação social, estando atentos ao problema da erradicação de barracas na cidade, e após a candidatura ao programa Prohabita, efectuada em 2007, continuaremos a acompanhar este processo de modo a que esta situação seja solucionada e se possa construir habitações condignas para as pessoas que, ainda, moram em barracas.

O Objectivo do Prohabita centra-se na resolução de todo o tipo de situações graves de carência habitacional residentes em cada concelho, focando a prioridade em tipo de populações residentes em barracas e em edificações sem condições de habitabilidade.

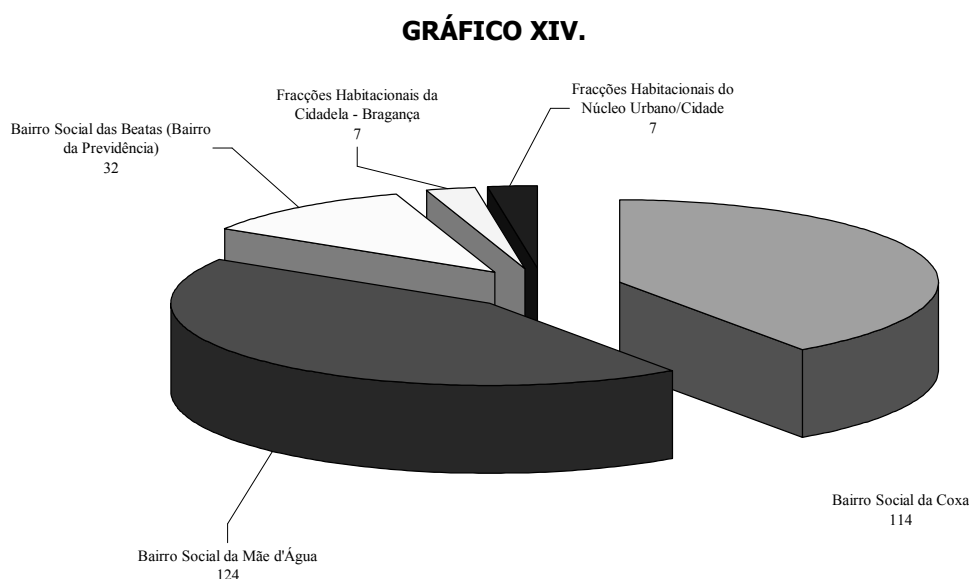
Finalizou-se, no primeiro semestre de 2007, a fase de instrução da candidatura ao programa PROHABITA do INH, tendo procedido ao envio da Base de Dados informática para os Serviços de Recenseamentos do INH, em Lisboa, e, também, para o INH-Porto, em suporte de papel, em 10 de Agosto de 2007.

Neste projecto foram consideradas 26 famílias como prioritárias para realojamento em habitação social através do PROHABITA, sendo o âmbito territorial a cidade de Bragança, e a situação de carência considerada muito grave (plano de erradicação de barracas).

Desta forma, a concepção e desenvolvimento deste projecto de candidatura decorreu em diversas fases, nomeadamente no estudo e concepção do projecto de erradicação de barracas – colaboração com a Pastoral dos Ciganos – Secretariado Diocesano Bragança-Miranda, investigação nos locais com implantação de barracas na cidade de Bragança; mediação e instrução documental dos agregados familiares candidatos ao Programa Prohabita; preenchimento e verificação de elegibilidade dos agregados

familiares com processo completo nos serviços do SHAS e finalização dos requisitos para a entrega da Candidatura aos serviços do INH (Porto e Lisboa) com os seguintes dados: recenseamento das 26 situações mais graves de construções atípicas na cidade de Bragança; planta de localização dos núcleos dos alojamentos; fotografias elucidativas da situação habitacional dos agregados a realojar.

Recentemente o enquadramento jurídico do Programa PROHABITA foi alterado e a forma de financiamento actual para construção nova (aquisição de terrenos e infra-estruturas) é de 30% de comparticipação a fundo perdido, sendo possível contrair empréstimo bonificado até 50% do valor total, tal como consta no Decreto-Lei n.º 54/2007, de 12 de Março.



Tal como tem acontecido em anos anteriores, estão incluídas verbas significativas, para satisfação de compromissos relacionados com a aquisição de terrenos e construções (terrenos e construções no Forte de S. João de Deus; terrenos do antigo estaleiro da JAE; edifício da antiga agência do Banco de Portugal) e previsão para novas aquisições,

Durante o ano de 2008 daremos continuidade aos trabalhos de conservação dos fogos de habitação social com intervenção em quatro fogos no Bairro da Coxa e 8 no Bairro da Mãe d'Água. Ainda no sector da habitação social e a nível da construção está em fase final, o processo de construção de habitações a preços controlados, num total de 48 fogos, para satisfazer a necessidade de jovens casais em adquirir casa própria. Foi ainda iniciado durante o 3º trimestre de 2007 a construção de mais dois blocos para

habitação a preços controlados, num total de 42 fogos, projectos inseridos no âmbito do Programa Bragança Jovem.

Durante o ano de 2008, daremos seguimento ao processo de avaliação das necessidades no âmbito da habitação social, com a elaboração de estudos urbanos para definição de zonas e tipologias, numa perspectiva de inclusão social, trabalho que será desenvolvido em articulação entre o Sector de Habitação e Acção Social, dependente do Departamento Sócio Cultural, a Divisão de Urbanismo e o Gabinete de Planeamento, numa perspectiva interdisciplinar que definirá propostas de acções programáticas, suportadas em análise social e planeamento territorial.

Neste âmbito, caberá um papel determinante para a definição de orientações estratégicas a articulação com os programas de apoio social e de apoio à reabilitação urbana, em particular no âmbito do QREN, de forma a encontrar o suporte financeiro para a concretização dos objectivos assumidos pela autarquia, tendo em vista a atenuação da pobreza, da exclusão social e a promoção do desenvolvimento social, acções inseridas no âmbito do programa Bragança Solidária.

Com a conclusão do projecto de recuperação de habitação na Cidadela e dando continuidade à política de apoio à qualificação e integração urbana, tendente à promoção da coesão e inclusão social, de promoção de oportunidades das diferentes comunidades que hoje se constituem na nossa cidade e numa aposta de revitalização socio-económica de espaços urbanos degradados, qualificando o ambiente urbano, reforçando a atractividade da nossa cidade através da valorização dos espaços públicos e do edificado. Neste sentido e em articulação com a Acção Social e o Urbanismo, demos já inicio ao levantamento das necessidades de habitação social, do grau de preservação do edificado de forma a podermos lançar durante o ano de 2008 programas de "Regeneração Urbana" aproveitando os instrumentos de apoio existentes. Num universo de 15649 edifícios existentes no nosso concelho, em que 87% se destinam exclusivamente à função habitacional, foram já objecto de inventariação, definidos previamente os critérios de avaliação das condições de habitabilidade, poderemos numa 1ª fase considerar que cerca de 2% dos edifícios existentes necessitam de intervenção. Paralelamente a este projecto de "Regeneração Urbana" daremos também resposta, durante o ano de 2008, à inclusão de famílias que vivem em condições desadequadas, tendo o município realizado já um levantamento das situações, apontando-se um valor de cerca de 49 casos. Para colmatar esta situação, está já em fase de estudo um projecto de definição tipológica e de desenho urbano, para que durante o 1º trimestre de 2008 se proceda ao lançamento de um concurso para a elaboração do projecto de execução de Habitação Social, para assim, enquadrar estas famílias num espaço edificado digno e socialmente aceite.

No âmbito da gestão dos Bairros Sociais, propriedade do município, continuaremos a regularização de dívidas, de actualização de rendas e de legalidade de ocupação, de modo a criar disponibilidade para satisfazer as solicitações de habitação.

Após o processo de levantamento do interesse, por parte dos inquilinos, de aquisição de habitações nos Bairros Sociais, estamos em condições para a sua venda e para alargar este processo de modo a inquirir a totalidade dos inquilinos destes bairros. Este processo permitirá o investimento na requalificação e na melhoria das condições de habitabilidade de famílias carenciadas.

De igual modo, estamos a trabalhar no programa Conforto Habitacional para Idosos que atribuiu a Bragança o apoio a 20 casos, de modo a fazer pequenas intervenções em habitações de famílias que se enquadrem no âmbito deste programa. O processo de instrução, selecção e candidatura estará pronto até meados de Novembro, devendo as obras realizarem-se de fins de Dezembro a Abril de 2008, término desta primeira fase do Programa.

No entanto, como complemento da acção social desenvolvida nos últimos anos pela Câmara Municipal, e à semelhança do que tem vindo a acontecer, em parceria com as Juntas de Freguesias, continuaremos a apoiar as famílias carenciadas através de apoios financeiros, em materiais destinados a obras de beneficiação e em intervenções que têm como objectivo a melhoria das condições de habitação nos Bairros Sociais e nas habitações das famílias carenciadas do concelho.

Em Junho de 2007, a Câmara Municipal atribuiu 7 habitações sociais, no Bairro da Previdência, a famílias carenciadas (duas fracções tipo T2 e cinco tipo T3). Continuaremos a avaliar os casos de carência habitacional, de acordo com o estudo técnico realizado que incluiu a priorização dos casos assinalados tendo em conta os problemas habitacionais de cada família, os de saúde e a constituição do agregado familiar, adequando, assim, a tipologia da fracção a cada família. Simultaneamente, e à medida em que vagarem, as fracções habitacionais serão intervencionadas de modo a que se possam atribuir às famílias que necessitam.

2.4.2. Ordenamento do Território

2.4.2.1. Planeamento Urbanístico

O processo foi iniciado por contrato de 14 de Dezembro de 1999, tendo já decorrido oito anos, situação verdadeiramente incompreensível, com a legislação a mudar com alguma regularidade, orientações e responsáveis técnicos que também foram substituídos por parte da Administração Central, num processo que parece não ter fim. A legislação voltou recentemente a ser alterada e poderá não interferir com este trabalho, pelo que parece agora chegado o momento de concretizar a última etapa, já que está concluído

o processo relativo ao Plano Urbanístico da cidade, no que diz respeito ao trabalho técnico e pareceres externos, podendo ocorrer durante os meses de Janeiro e Fevereiro o processo de discussão pública e posterior publicação em Diário da Republica, o que nos permitirá ter pela primeira vez, um plano orientador e regulador da prática urbanística, do qual toda a cidade passará a beneficiar a par do Plano de Pormenor – 1ª Fase, que entrou já em vigor.

Numa análise sucinta á proposta de Plano de Urbanização, poderemos referir que a maioria das áreas afecta ao Solo Urbanizado e Solo de Urbanização Programada se destina a uma ocupação de baixa densidade, ou seja, do tipo moradias uni-familiares, sendo também de referir que uma percentagem significativa das áreas de urbanização programada se destinam a espaços verdes e equipamento. Tendo como objectivo o desenvolvimento sustentado numa política urbanística de base ambiental, garantindo assim as condições para afirmar Bragança como Eco-cidade, é de realçar que a proposta de plano assenta essencialmente nesta vertente, afectando para Estrutura Ecológica Urbana a área de 4.182.570,07 m² o que corresponde a 27,4% da totalidade do solo objecto deste plano, traduzindo um incremento em relação ao actual perímetro urbano de mais 3.159.464,30 m² ou seja cerca de 309% de mais área verde.

A revisão do Plano Director Municipal, iniciado em 1 de Março de 2001, decorridos seis anos, é um processo que tem sofrido algumas modificações impostas por legislação que foi saindo e impondo alterações frequentes e também no segundo semestre deste ano surgiu nova legislação, situação que tem contribuído para o arrastar deste processo. O processo de revisão do PDM, estava agora com todas as condições reunidas para passar à fase final, no entanto a nova legislação publicada obriga a que se elabore por força da publicação do D. L. n. 232/2007, de 15 de Junho e do D. L. n. 316/2007, de 19 de Setembro, a realização do correspondente Relatório de Avaliação Ambiental. Se esta nova exigência não vier complicar mais numa vez de forma excessiva, então podemos afirmar, tendo como base o facto de terem sido já aprovadas a nova carta da Reserva Ecológica Nacional e a desafecção de manchas da Reserva Agrícola Nacional, que este processo deverá ficar concretizado durante o segundo trimestre de 2008.

Assim, desenha-se para 2008, ao nível do ordenamento do território, perspectivas de mais e melhor planeamento – com os novos instrumentos de planeamento, georeferenciados, será possível aos projectistas e promotores imobiliários aceder em tempo útil e com toda a informação necessária à informação urbanística; mais e melhor qualidade na prestação de serviço a disponibilizar pela autarquia porquanto terá à sua disposição ferramentas fiáveis, rápidas e seguras, necessárias para uma melhor qualidade técnica de resposta às pretensões urbanísticas e consequentemente a possibilidade de fazer planeamento à escala macro, numa visão de futuro.

Com a conjugação destas acções e com os instrumentos de planeamento da “nova geração”, poderemos com confiança pensar em desenvolvimento de qualidade, de mais e melhor planeamento, mais empreendedorismo assente na inovação e mais e melhor cidadania.

Dando continuidade à política urbana desenvolvida ao longo deste últimos anos, sendo que, instrumentos essenciais para a consolidação de uma estratégia urbana e de desenvolvimento económico e social, estão já em fase avançada de concretização, nomeadamente, a definição da localização espacial do futuro Centro de Investigação, Inovação e Acolhimento de Empresas (C.I.I.A.E.) e a Área de localização Empresarial (A.L.E.), tendo sido já lançado novo concurso para o Estudo e Apoio à pré instalação do C.I.I.A.E. e elaboração do Plano Estratégico para a Eco-cidade de Bragança o qual se prevê que esteja concluído até ao final de 2008, a par de projectos em fase de execução, com sejam as Infraestruturas da Zona Industrial de Mós, que por força da concretização futura do Nó de Mós, da A4, e da ampliação da área de implantação, prevista na revisão do PDM, ganhou um interesse acrescido, potenciando o investimento de empresas nesta área, com as mais valias para as populações limítrofes, com as perspectivas de criação de postos de trabalho. Também continuaremos a dar incremento a projectos inovadores, tecnologicamente evoluídos, de matriz ambiental, que darão corpo ao objectivo principal do desenvolvimento urbano assumido pela autarquia, da construção da **Eco-cidade**.

2.4.2.2. Urbanização

Tendo como premissa a qualidade de vida dos nossos munícipes, daremos seguimento a projectos que contribuirão para a diminuição das assimetrias entre o meio rural e a cidade, sendo já uma realidade o aumento da qualidade de vida verificada nas nossas aldeias e Vila de Izeda, com o empenho desta autarquia em garantir o acesso ao nível das infraestruturas básicas, na requalificação dos espaços públicos e na construção de equipamentos.

A autarquia de Bragança, no âmbito do processo de certificação dos serviços, processo em curso, pretende assegurar um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) adequado às suas actividades e serviços, constituindo o suporte material que descreve a estrutura funcional, responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e recursos para a definição e realização da Política da Qualidade.

O SGQ terá como referência de base a promoção da melhoria contínua do desempenho da Qualidade, devendo ser sempre uma preocupação constante de todos os colaboradores, competindo a todos os elementos envolvidos, directa ou indirectamente, observar o cumprimento das determinações estabelecidas.

A Administração Pública e Local cada vez se debate mais com a necessidade de acompanhar a evolução da sociedade e proporcionar melhor cidadania. Assim, a Câmara Municipal de Bragança, apostando numa administração cada vez mais próxima das realidades do Concelho e numa estratégia de modernização

administrativa baseada em princípios de gestão com Qualidade, irá proporcionar melhores meios e condições que vão ao encontro da satisfação dos seus Municípios.

A modernização contínua dos serviços passa essencialmente pelo acompanhamento e introdução de novas formas de gestão e organização do trabalho, pela delegação mais alargada e conseqüentemente, pela maior responsabilização da sua estrutura de funcionamento, promovendo essencialmente uma aproximação entre a Administração e os cidadãos.

Tendo por base estes princípios, a Câmara Municipal de Bragança, define como intenções e orientações estratégicas, a implementação durante o ano de 2008:

- Valorização da Modernização Administrativa dos serviços, através da agilização dos Procedimentos internos;
- Normalização de Procedimentos e Práticas, através da implementação e manutenção de um SGQ de acordo com a Norma NP EN ISO 9001:2000;
- Garantia do cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis;
- Orientação para as necessidades e pretensões dos Municípios por via de uma eficaz gestão pública.

Tendo consciência que estas intenções exigem uma atenção permanente e actuante, torna-se indispensável assegurar uma monitorização que conduza a uma permanente actualização destes parâmetros, articulado com o projecto **Bragança.Urbanismo Digital**, na disponibilização de informação geográfica suportada por mapas dinâmicos, bem como a recolha de informação/tramitação do processo. Os objectivos no âmbito da requalificação urbana, projecto já iniciado no ano de 2007, relativo ao parque habitacional degradado, com identificação de 38 imóveis, a Autarquia irá levar a cabo, um projecto enquadrado no programa "Parcerias para a Regeneração Urbana", inscrito no Eixo 4 – Qualificação do Sistema Urbano, do Programa Operacional Regional do Norte, tendo por base os objectivos definidos na Inovação das Soluções para a Qualificação Urbana e nos princípios do Programa de Acção, programa integrado de valorização de áreas de excelência urbana, nomeadamente Centros Históricos.

Manteremos ao longo de 2008 a propósito de requalificar a cidade, dando prioridade à repavimentação de ruas em bairros que se apresentem com um nível de degradação elevado, em resultado das infra estruturas recentemente colocadas como seja a rede de gás natural e a rede digital; reestruturação de infraestruturas; execução da 1ª Fase da Circular Interior, avenida com 28 metros de plataforma e que assegurará uma capaz ligação entre a rotunda da Av. do Sabor e rotunda da Av. das Forças Armadas, irá garantir o acesso aos novos equipamentos de saúde e ao parque da Trajinha; construção das infraestruturas do loteamento promovido pelo município na zona de S.Tiago; pavimentação de passeios; requalificação de acessos urbanos nas aldeias.

Tentaremos, no âmbito do QREN assegurar as condições necessárias à requalificação de vias estruturantes – Avenida João da Cruz, Avenida General Humberto Delgado e Ciclovia na envolvente ao IPB.

No ano de 2007, a actividade económica, na medida em que a Câmara o pode fazer, criar ambiente mais favorável ao crescimento, foi concluída a requalificação da zona envolvente do NERBA com obras de pavimentação e iluminação.

- REPAVIMENTAÇÃO NOS BAIROS DA CIDADE – Concluída a pavimentação de 86 ruas em terra batida e melhorados os pavimentos de muitas outras, importa dar continuidade a uma nova etapa de requalificação dos pavimentos das ruas dos bairros que foram pavimentadas com semi-penetração betuminosa e que evidenciam sinais de degradação, resultado de soluções estruturalmente fracas (embora na altura da execução fossem as soluções possíveis sobre o ponto de vista da compatibilidade técnico-económica) e hoje os cidadãos pretendem ver melhorados face à qualidade em geral conseguida na cidade.

Foram já repavimentadas durante o ano de 2007 as seguintes ruas: Dr. Norberto Lopes (B.º Estacada), Calouste Gulbenkian e Largo Coronel Abílio Lopo, D. Afonso V (CMB), Boavista, Nova de S. Bento, Abílio Nogueira à Zona Industrial das Cantarias, Visconde da Bouça, Cláudio Mesquita Rosa, as Avenidas, Amaro da Costa, Cantarias à Rua Almada Negreiros e o Bairro do Plantório. Foi já adjudicado pelo valor de 695.269,00 € mais IVA, a empreitada para os Bairros S. Tiago e Campelo, Rua Afonso Ramires, Largo Firmino Martins e Rua D. Pedro IV e será aberto concurso para a repavimentação dos Bairros da Mãe d'Água, Coxa, Rua do Estádio, uma rua nos Formarigos e Rua Visconde da Ribeira.

- Projecto n.º 5/2005 – CONSTRUÇÃO DA CIRCULAR INTERIOR DA AV. CIDADE DE ZAMORA/BRAGUINHA - Com início em Novembro de 2007 deste troço, obra adjudicada pelo valor de 2.164.789,85 € mais IVA, prevemos a conclusão do acesso ao Centro de Saúde de Santa Maria pela Avenida das Forças Armadas para o terceiro trimestre de 2008 e para o segundo trimestre de 2009 a conclusão deste troço pela Avenida Cidade de Zamora.
- Projecto n.º 14/2006 – CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA NA ZONA ENVOLVENTE AO IPB - poderá ser executada no período 2008/2009, sendo um projecto que poderá ser integrado no âmbito do candidatura da ECOPISTA ao QREN, envolvendo a requalificação/adaptação do canal ferroviário da antiga linha do Tua.

- Projecto n.º 15/2006 – APOIO À REQUALIFICAÇÃO DOS LARGOS NAS ALDEIAS – prevê-se para o ano de 2008, que alguns projectos possam a ser realizados, para continuação nos anos de 2008/2009.
- Infra-estruturas da loteamento Municipal de São Tiago 1ª fase – trata-se da execução da infra-estrutura de um loteamento municipal a desenvolver nos terrenos do antigo campo de aviação, em conformidade com o estudo já aprovado para a zona. Esta 1ª fase envolve a constituição de 28 lotes para construção de vivendas unifamiliares. Em Novembro de 2007 foi adjudicada a empreitada de infraestruturas pelo valor de 508.410,20 € mais IVA, prevendo-se a sua conclusão para o final do ano de 2008.
- Projecto N.º 2/2007 REQUALIFICAÇÃO DE ACESSOS URBANOS NAS ALDEIAS – acções relacionadas com trabalhos de requalificação de acessos e vias urbanas na área rural, como seja o acesso a Nogueira, Av. em Izeda, (projectos já elaborados pela autarquia) de acesso aos principais equipamentos públicos (Junta de Freguesia; Escola C+S; Casa da Cultura; Casa do Povo; Cemitério). Foram executados durante o ano de 2007 os acessos urbanos às povoações de: Caravela, Palácios, Alfaião, Macedo do Mato e Frieira.
- Projecto n.º /2008 REQUALIFICAÇÃO DA ENVOLVENTE DA CASA DO POVO DE IZEDA – obra de referência para permitir dotar a vila de Izeda de um espaço adequado para reuniões públicas, convívios e um pequeno museu etnográfico.
- Projecto n.º /2008 NÚCLEO MUSEOLÓGICO FERROVIÁRIO – Está a ser elaborado o projecto de requalificação e adaptação deste espaço museológico, incluindo a ampliação do existente de forma a reorganizar e criar as condições necessárias para a exposição do espólio ferroviário existente, complementado com informação multimédia associada à memória da antiga Linha do Tua, processo que deverá ser concluído no ano de 2008.

A dinâmica de requalificação urbanística assumida desde há oito anos, sustentada em obras de elevada qualidade arquitectónica – Corredor Verde do Fervença, Estação Rodoviária, Prolongamento da Avenida Sá Carneiro, Centro Cultural/Biblioteca/Conservatório de Música, Mercado Municipal, Teatro Municipal, Piscinas e Pavilhão Municipal, Casa do Lavrador, Centro Ciência Viva/Casa da Seda, Museu Ibérico da Mascara e do Traje, e brevemente a inaugurar o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, entre muitas outras intervenções, conferem à cidade e ao seu concelho um cunho de modernidade, que, e em continuidade com esta política de intervenção a prosseguir durante 2008 e 2009, terão início várias obras na cidade: requalificação da Avenida João da Cruz e Avenida General Humberto Delgado, Núcleo Museológico Ferroviário, Sede da Fundação Rei Afonso Henriques, Centro de Saúde de Santa Maria (já